



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE
DOIS MIL E DEZ**

-----Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas 09:30 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** - *Pedido de aprovação do Mapa de Pessoal.* -----

-----**TRÊS** - *Pedido de Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e definição do número de unidades flexíveis e subunidades orgânicas;* -----

-----**QUATRO** - *Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico de 2011;* -----

-----**CINCO** - *Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro;* -----

-----**SEIS** - *Pedido de Autorização para inscrição da Câmara Municipal de Alijó - Entidade Gestora da Zona de Caça Municipal, como Associada à Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética.* -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa inicia os Trabalhos acompanhado pela Primeira - Secretária Filomena Margarida Gonçalves Marques e pela segunda Secretária Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes -----

Membros: João Vilela, Marta Gonçalves, António Barros e M.ª de Jesus Elias. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente um ofício remetido pela Presidência do Conselho de Ministros, acusando a recepção da carta sobre a introdução de portagens nas SCUT; ainda um ofício remetido pelo PSD Grupo Parlamentar, acusando recepção da Moção sobre a introdução de portagens nas SCUT, assim como um outro ofício do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, acusando recepção do ofício sobre a introdução de portagens nas SCUT e comunicando que o mesmo foi enviado ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, face à delegação de competências existente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de Setembro de dois mil e dez e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Refere a página 53, na sua intervenção, onde se lê “empresas locais sobretudo familiares” deve ler-se “empresas locais e empresas familiares”. -----

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Foca a página 07, no início da sua intervenção, onde se lê “estão perto”, deve ler-se “estamos perto”; na linha 04 onde se lê “oito mil e vinte e cinco” deve ler-se “oitocentos e vinte e cinco”; na linha 07 onde se lê “da última”, deve ler-se “na última”; na linha 09, onde se lê “não”, deve ler-se “na”; na linha 11, onde se lê “comprar”, deve ler-se “comparar”. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Indica que na sua intervenção na última Assembleia, na página 08, não constam as palavras de solidariedade deixadas para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada relativamente ao GAC; ainda na página 53, relativamente à Derrama pretende esclarecer que quando se diz que foi proposta uma taxa de 1,2% e a proposta seria de 1,5%, acrescentando que este último valor era relativamente aos referidos grandes grupos económicos de fora do Concelho, permitindo o aumento da receita por essa via, que fosse criada uma redução correspondente ao mínimo legal para as pequenas empresas, nomeadamente de carácter comercial, agrícola e industrial do Concelho; relativamente à sua intervenção que consta na página 54, deve ler-se “Indica que o seu sentido de voto”. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção, afirmando que numa acta tão extensa, é natural que haja alguns pormenores a corrigir, mas o que consta, logo que não altere o sentido da frase, não valerá a pena fazerem correcções até de apenas algumas letras, dando a sensação de que se encontram numa “aula onde os alunos erram e os professores corrigem”, tal como aconteceu anteriormente com a questão “SCUT/SCUTs”. Considera mais importante o que se tem verificado, nomeadamente o rigor nas contas, nas atitudes, na poupança, pois quanto mais pouparem, mais reverterá a favor dos cidadãos do Concelho de Alijó. Indica que concorda plenamente que a Acta tenha sido impressa em frente e verso, congratulando-se ainda com este facto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão tomadas as devidas notas e coloca a votação a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de Setembro de 2010, sendo aprovada por maioria de votos, com 29 votos a favor e 03 abstenções dos seguintes Membros: Amélia Batista, Humberto Barbosa e António Taveira. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Felicita a Junta de Freguesia do Amieiro pelo evento realizado no fim-de-semana anterior. Indica que tem algumas sugestões que pretende apresentar à Câmara, apesar de algumas serem repetitivas, ainda não foram atendidas, nomeadamente no que concerne aos carros abandonados na via pública, continuam sem que alguém tome uma atitude; pensa ainda que devia haver uma maior fiscalização por parte da Câmara, relativamente às obras particulares pois continuam a fazer-se muros de vedação junto às vias públicas, estreitando as respectivas vias e onde posteriormente o Presidente da Junta de Freguesia tem que dar a cara, apesar de não ser este o seu trabalho; devia ainda haver maior fiscalização nas surribas que fazem junto às Estradas Municipais, porque acabam por danificar os muros e a Junta de Freguesia tem que os compor. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara, caso possua novos dados sobre a barragem do Tua, que os forneça. -----

-----**MEMBRO MIGUEL ÂNGELO:** Inicia a sua intervenção focando a centenária Banda de Música de S. Mamede de Ribatua, a qual considera que está um pouco esquecida pelo Executivo



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

4
[Handwritten signature]

Camarário, porque há cerca de um ano que prometeram ajudar no novo Auditório e nada foi feito. Tenciona saber o que pretende o Sr. Presidente da Câmara fazer a curto prazo, dado ser uma Banda com tradição, que forma jovens músicos, tendo neste momento 30 alunos, encontra-se organizada, “é uma embaixatriz do Concelho de Alijó” e pensa que não tem havido muito boa vontade do Executivo Camarário a fim de resolver os aspectos relacionados com a Banda. Tem conhecimento, através de técnicos, que o Auditório velho não tem condições e em conversa com o actual Presidente da Banda, este referiu que com cinquenta mil euros resolviam a situação. Acrescenta que esta é uma quantia avultada tanto para ele próprio como para a Câmara, mas poderá não ser para outras pessoas. Indica que não exige que a Câmara disponibilize dos cinquenta mil euros, exigia antes com muito prazer, que a recebessem e dialogassem para ultrapassar esta situação. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Foca a questão do IC5, pois segundo informações que possui, sabe que o troço entre o Alto do Pópulo e Alijó está pronto, partindo do princípio que o mesmo ainda não foi aberto por algumas questões de ordem técnica, mas será mais grave se estiverem a protelar a abertura do troço, esperando que alguém do Governo venha cortar a fita, prejudicando assim gravemente sobretudo os munícipes do Concelho de Alijó e até mesmo a Região. Indica que segundo o seu ponto de vista, estando pronta poderia abrir e posteriormente seria inaugurada, solicitando no entanto ao Sr. Presidente da Câmara, esclarecimento sobre esta situação. Foca ainda a questão do endividamento da Câmara, uma vez que ficou preocupado com o despacho que saiu no Diário da República no dia 06 de Outubro, com a penalização na redução das transferências do Estado, em cerca de 1,3 milhões de euros, para Alijó. Questiona o Sr. Presidente da Câmara, sobre o que estão a fazer para que tal situação não se volte a verificar, lembrando que afirmou já que depois do Saneamento Financeiro a Câmara de Alijó continua a estar cada vez mais endividada, havendo um descalabro financeiro na Câmara, situação que o próprio Estado/Governo acabou por confirmar. Questiona quando terá um tapete novo na estrada entre Alijó e Castedo (passando pela Granja) porque os passeios estão bonitos mas o piso está cada vez mais degradado. -

-----**MEMBRO FILIPE MACEDO:** Pretende saber se a Câmara está de acordo com a actual localização da ETAR do Pinhão e se há alguma novidade quanto à mini ETAR de Cheires. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Felicita a Junta de Freguesia do Amieiro e o seu Presidente pelo evento realizado, no fim-de-semana anterior, o qual foi um êxito. A seu ver, a Feira dos Produtos da Terra, não poderia correr melhor e daí as suas felicitações. Com o aproximar do início de construção da Barragem Foz Tua, com a qual todos estão de acordo, resta saber qual o futuro da linha férrea do Tua e o que fazer para satisfazer a mobilidade da população do Vale do Tua e ao desenvolvimento do Turismo local. Indica que numa entrevista recente, o Sr. Presidente da Câmara, falando em nome dos cinco Presidentes de Câmara dos Concelhos abrangidos pela Barragem dizia: “As propostas apresentadas pelo Governo seriam um funicular entre o Foz Tua e a Barragem, uma travessia fluvial, o aproveitamento da linha não submersa, sendo que para os cinco Autarcas, todas estas possibilidades estavam em aberto”. Indica que recentemente surgiu o projecto, o “CT - Comboios Transmontanos”, que pretendem reactivar as linhas férreas do Corgo, Lamego, Sabor e Tua; para o efeito, as Câmaras Municipais, seriam accionistas deste projecto, bem como a REFER, a CP, o Metro de Mirandela e este projecto seria aberto a todas as entidades que queiram investir no mesmo. Em face do plano do Governo e do projecto “Comboios Transmontanos”, pergunta se está a Câmara Municipal de Alijó, a trabalhar com vista a algum plano em concreto, dos três apresentados pelo Governo ou estará a estudar a possibilidade de ser accionista do projecto “Comboios Transmontanos”. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Lembra que tal como tinha anunciado na anterior Assembleia Municipal, nos dias 11 e 12 do corrente mês, decorreu a primeira mostra dos “Produtos da Terra” no Amieiro, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara e Executivo Municipal o apoio que deram para a realização do evento. Acrescenta que a presença do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Membros do Executivo, assim como alguns Srs. Presidente de Junta e Deputados Municipais, nestes dias no Amieiro, permitiu que todos pudessem observar o sucesso do mesmo e conviver com a população da sua Freguesia, no espírito de amizade e boa disposição. Indica que todos os expositores que participaram no evento manifestaram a sua satisfação pelos resultados comerciais obtidos com a venda dos seus produtos pois alguns chegaram a esgotar. Indica ainda que actividades como esta são de apoiar, pois apesar do trabalho, compensa o sacrifício, devido ao saldo positivo, afirmando que farão esforços para lhe dar continuidade em



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

próximos anos. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara e informa que as principais fotos do evento estão disponíveis no site da Junta de Freguesia do Amieiro (www.jf-amieiro.pt). Finaliza desejando um Feliz Natal e Próspero Ano Novo a todos os Membros da Assembleia e Membros do Executivo da Câmara. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Inicia a sua intervenção, focando o nível de linguagem que têm vindo a atingir e a utilizar na Assembleia e que o tem tocado particularmente, considerando esta situação inadmissível; em termos políticos podem usar uma linguagem firme, vigorosa, própria do combate político, no entanto, crê que há um limiar mínimo que não deve ser ultrapassado. Refere que na presente Assembleia foi já encetada uma tentativa de enveredar pelo mesmo caminho; o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia esteve muito bem nesse particular com a sua intervenção, apelando ao poder moderador do mesmo, para que seja ultrapassado o dito limiar mínimo de aceitabilidade em termos de intervenções. Foca ainda a questão da iluminação pública e os propalados cortes ao nível da iluminação pública no Concelho. Pergunta se estes não serão os cortes mais óbvios, cortes cegos e se não haveria possibilidade de optar por outro tipo de cortes, porque vão sempre pelo que parece mais fácil e tendo em atenção a própria estrutura do Concelho, pensa que o que pouparem, não será tanto assim, tendo em consideração os graves prejuízos que podem advir para o Concelho, até mesmo em questões de segurança. No que concerne ao aumento do preço da água já anunciado, solicita ao Sr. Presidente da Câmara, se possível, que esclareça em que medida esse aumento será efectuado, nomeadamente no que concerne às tarifas que irão ser praticadas e quando será efectivado esse aumento. No que concerne aos protocolos efectuados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, que têm sido sucessivamente incumpridos por parte da Câmara, lembrando que o protocolo é um documento escrito, é um acordo que foi firmado, contendo as assinaturas do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Presidentes de Junta, parecendo que não é propriamente a crise a única desculpa para não serem cumpridos, uma vez que a crise, “tal-qualmente nos tem sido vendida nas parangonas noticiosas”, é relativamente recente e o incumprimento sucessivo dos protocolos já vem de há muito tempo; há a gestão das expectativas por parte das Juntas de Freguesia que acaba por ser contraditada com os referidos incumprimentos. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que se pronuncie sobre esta questão. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção, desejando que o Sr. Presidente da Mesa, não o mande calar ao mínimo sinal da Oposição, uma vez que é o que tem acontecido. Afirma que entende que isso “encaixe como uma luva” nos objectivos da Bancada da Oposição, tal como aconteceu na sua última intervenção; acrescenta que a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, não podia ser pelo tempo de intervenção, pois houve já intervenções mais longas que a sua, poderá ter sido pelo facto do Ponto, mas acabou por provar que não se estava a desviar do mesmo, no entanto sabe que cria algum incomodo pois aborda os assuntos de forma frontal, directa e não com contornos que nem toda a gente entende, não sendo perceptíveis, levando a que cada mente entenda o que lhe der mais jeito. As afirmações directas, objectivas, assumidas, não ferem o que quer que seja, no entanto estão já habituados a que haja pessoas que se permitem dizer o que muito bem entendem, tal como já foi referido, até criticar os seus antecessores, quando proferem coisas que não gostam, mesmo não sendo objectivamente para alguém, pois são questões políticas. Afirma não compreender porque estão sempre a pôr-se na situação “de coitadinhos” pois têm que ser coerentes. Felicita o Sr. Presidente da Junta do Amieiro, que com muita humildade fez uma feira que serve de prova que com pouco dinheiro também podem fazer coisas engraçadas e que de encontro às necessidades das pessoas, sendo esta a verdadeira obrigação do Presidente de Junta. Relativamente à questão do IC5 não poderia estar mais de acordo porque estamos no Inverno e particularmente aquele troço da estrada 212 tem muito gelo, não sendo agradável terem uma estrada nova e boa, sem poder lá transitar. Indica que o Sr. Presidente da Câmara tudo tem feito para que o referido troço seja posto em prática e ao serviço das populações, tendo também a certeza que brevemente será aberto. Acrescenta que esta é mais uma grande obra que vai engrandecer o Concelho de Alijó e por sua vez criar mais estabilidade e mais conforto para as pessoas do Concelho. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, que futuro para o aeródromo de Alijó, pois é um aeródromo com projecção Regional, pretendendo saber qual o ponto de situação do desenvolvimento daquela obra. Convida todos os cidadãos e particularmente os Membros da Assembleia, pois também têm responsabilidade em tudo que se passa no Concelho, para estarem presentes no dia 19 pelas 14:30 horas, aquando da realização de uma Assembleia Geral da ZIF Alijó – Norte; esclarece que a ZIF está a tratar do que é floresta, da parte Norte do Concelho. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dirige-se ao Membro António Fernandes afirmando que tem procurado e irá procurar ser sempre o Presidente da Assembleia Municipal de Alijó e não da Bancada A ou da Bancada B, esclarecendo ainda que a intervenção anterior do referido Membro, teve que intervir, não pelo tempo usado, mas estritamente pelo assunto da Acta, dado que este não fez qualquer correcção à Acta. Dá a palavra ao Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção desejando um óptimo Natal e um bom ano de 2011 para todos e respectivas famílias, com as maiores felicidades a nível pessoal e profissional. No que diz respeito às intervenções que referiram o IC5, tal como é do conhecimento de alguns Membros da Assembleia, tem estado em contacto directo com as Estradas de Portugal e com o Gabinete do Sr. Secretário de Estado, bem como com o Eng. Nuno Henriques da Mota - Engil no sentido de disponibilizar a estrada no mais curto espaço de tempo, independentemente da inauguração. Acrescenta que os esforços do Executivo têm sido desenvolvidos nesse sentido e já fizeram chegar a quem de direito, a todas as entidades responsáveis, essa necessidade, não podendo estar mais de acordo quando dizem que urge pôr a obra à disposição de todos e quando entenderem que venham inaugurá-la. Informa que falou recentemente com o Eng. Pina da EDP sobre a iluminação do último nó de acesso, mas também tiveram alguns problemas de sinalização errada, tendo já a Câmara feito críticas, mas não é pelo piso que não foi inaugurada, porque este está pronto, mas por pequenos pormenores que têm a ver com as redes de protecção para evitar que os animais atravessem a estrada, com a sinalética e com a iluminação. No que diz respeito às felicitações à Junta de Freguesia do Amieiro, relativamente à “Feira dos Produtos da Terra”, associa-se claramente a essas felicitações e afirma que é um exemplo do que podem fazer em tempo de crise económica, com imaginação e muito trabalho. A referida feira, onde esteve presente todos os dias, foi o exemplo do que deve ser uma feira virada para a confraternização entre todos e para a realização do pequeno comércio dos produtos locais e dos produtores, tendo as pessoas feito bons negócios porque os produtos eram de qualidade. Salaria ainda a inauguração do Cruzeiro no sítio onde era a antiga capela do Amieiro, que foi promessa de um ex Presidente de Junta, pai do actual Presidente de Junta, tendo nessa altura ficado em Acta da Assembleia de Freguesia a reconstituição



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

do Cruzeiro, exactamente no sítio onde a Capela existia como homenagem a todos os antepassados que tinham sido lá sepultados; pensa que do ponto de vista da memória e de honrar a memória dos antepassados, este foi o momento mais simbólico e mais emotivo dessa realização, dando assim os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Taveira sobre os carros abandonados na via pública, afirma que este tem toda a razão, assim como no que diz respeito à fiscalização das obras particulares e das surribas junto às estradas Municipais. Acrescenta que relativamente aos carros abandonados, informa que não podem ir a todos os lados, no entanto aproveita para felicitar a Sra. Presidente de Junta de Sanfins, que em conjunto com a Câmara, teve a coragem de acabar com uma espécie de cemitério desse tipo de carros abandonados, à entrada de Sanfins do Douro. Sugere que façam relativamente a S. Mamede de Ribatua ou a outra qualquer Freguesia, o mesmo trabalho que fizeram em Sanfins do Douro, o qual ficou resolvido para sempre. No que diz respeito à fiscalização das obras particulares, informa todos os Membros da Assembleia que tiveram um problema de curto prazo, porque foram confrontados com o abandono das funções de Fiscal do funcionário Ricardo, como sequência do emprego público ser cada vez menos atractivo. Desta forma estão a trabalhar com menos um fiscal, agravando a situação, dado que este era o fiscal que acompanhava mais de perto a situação das obras particulares e tendo em conta a contenção orçamental, não vão contratar ninguém de fora, tentando resolver a ausência deste fiscal, com os recursos existentes na Câmara, havendo naturalmente mais dificuldades no acompanhamento das obras. Faz um apelo a todos os Srs. Presidentes de Junta para que ajudem a Câmara na dita fiscalização, no sentido de protecção do território das pessoas e das instituições. No que diz respeito à Barragem do Tua informa que foi o porta-voz da posição dos cinco Municípios, por opção dos seus colegas, porque nesta questão, não têm uma posição individualizada. Informa ainda que encomendaram um estudo à empresa Quartenaire para enquadrar a posição dos cinco Municípios relativamente às contrapartidas da construção da Barragem do Tua. Afirma de forma clara que houve tentativa para os dividir por parte de quem vai construir a barragem, pois era mais fácil negociar à linha pequenas contrapartidas para cada Município, do que negociar uma contrapartida em bloco para todo o Vale do Tua e para as cinco Câmaras. Do ponto de vista estratégico estiveram sempre juntos e têm três documentos



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

July
10
[Handwritten signature]

estratégicos que na sequência das reuniões apresentaram ao Governo, apresentaram na altura do debate da Declaração de Impacto Ambiental e apresentaram agora em fase RECAPE. Esclarece que esta posição tem três pontos: sendo o primeiro ponto a questão da mobilidade, exigindo que seja estabelecida uma mobilidade equivalente à anteriormente existente, seja qual for o modelo que quem vai construir a Barragem (EDP) e o Governo entendam, desde que salvasse duas situações: a mobilidade das pessoas do ponto de vista diário e quotidiano e um upgrade do ponto de vista turístico; O funicular em articulação com um pequeno barco para depois fazer a ligação entre o Douro, o Tua e Abrunheda, é uma estratégia que foi defendida em fase de Declaração de Impacto Ambiental e de RECAPE e que o Governo e a EDP estão a estudar do ponto de vista dos seus impactos sociais, económicos e financeiros. Frisa que defendem uma solução intermodal que abarque o transporte rodoviário, o transporte ferroviário e o transporte fluvial, que transforme o problema da mobilidade numa solução sobretudo com um upgrade turístico, de forma a que seja um motor de curiosidade e da atractividade turística para aquela zona, quando o espelho de água existir. Relativamente à questão dos Comboios Transmontanos esta é uma nova questão, que quando estiveram no debate e nas discussões, não foi colocada em cima da mesa, mas segundo o seu ponto de vista, é uma questão que corre paralelamente à questão da Declaração de Impacto Ambiental e do RECAPE. Ainda relativamente à Barragem informa que conseguiram já negociar, tendo sido aceite pela EDP e pelo Governo, a constituição de uma Agência de Desenvolvimento Regional, que será constituída pelas cinco Câmaras, pela EDP e aberta a outros parceiros que queiram participar da mesma; o modelo jurídico pode ser sociedade anónima ou agência, mas estão ainda a estudar qual será o modelo jurídico mais adequado à dita Agência de Desenvolvimento Regional, que terá como principal objectivo e finalidade, a exploração do ponto de vista turístico e também ambiental do Vale do Tua, porque querem que este Vale seja um parque natural com aproveitamento turístico e futuramente há a possibilidade de fazerem uma associação entre o parque do Tua e o parque do Sabor, fazendo uma junção das duas Barragens e dos dois parques, numa perspectiva de defesa do tipo de turismo que aposta na natureza e na biodiversidade; dessa forma, através de um parque natural atraem outro tipo de turismo para observação de fauna, flora, etc. que está a ser cada vez mais explorado, nomeadamente nos países ricos do Norte da Europa e é este tipo de turismo,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

qualitativamente diferenciado que pretendem porque não têm condições naturais para outro tipo de turismo. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Miguel Cartageno, no que concerne à Banda de Música de S. Mamede de Ribatua, agradece a sua intervenção porque o que esta Banda pediu (os 50 mil euros), está contemplado no Orçamento, nas transferências para as Associações. Acrescenta que se até agora a Banda de S. Mamede de Ribatua, ainda não tem o problema (sede) resolvido, foi porque foi tendo ao longo do tempo, diferentes posições em termos estratégicos, sobre o local e o edifício onde situar a Banda; no entanto, as Instituições Autárquicas (Câmara e Junta) sempre a mesma posição ao longo dos anos: recuperar um edifício de uma antiga escola que sabiam que ia ser desactivada e situar aí não apenas a sede da Banda mas também a escola de música. Efectivamente Câmara e Junta acham que o local ideal é a escola, sobre dois pontos de vista: do ponto de vista da racionalidade económica, mas também do espaço pois o edifício tem uma enorme zona envolvente que permite o estacionamento de carros, entre outras coisas. Refere o dia 19, data em que se vai realizar a Assembleia Geral da ZIF Norte, convidando todos os Membros da Assembleia, que gostam de música, a assistir ao Concerto de Natal com as Banda de S. Mamede de Ribatua e a de Carlão, que terá lugar no Teatro Auditório Municipal pelas 16:00horas. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Pedro Pimentel, sobre a estrada entre Alijó e Castedo indica que esta estrada está envolvida numa candidatura, a qual tem várias fases (fase de passeios, fase de iluminação e fase do tapete) e tem havido atrasos nas verbas do QREN para os Municípios; têm três grandes obras financiadas, sendo esta uma delas, mas também a Zona de Lazer e o Pólo Escolar. Dado os atrasos registados nos pagamentos dos Fundos Comunitários, para que os empreiteiros não abandonassem as obras, tiveram que concentrar o esforço financeiro do Executivo no Pólo Escolar, considerando que as pessoas, neste caso concreto as crianças e a educação têm que ser a prioridade. Esta situação fez com que só conseguissem fazer um pedido de pagamento para as outras duas obras (estrada entre Alijó e Castedo e Zona de Lazer); fizeram o primeiro pagamento mas os empreiteiros não avançam mais com a obra sem o segundo pagamento. A firma que quer no que respeita ao Pólo Escolar, quer no que diz respeito às outras duas obras, a Câmara já pagou na íntegra a contrapartida Nacional que lhes corresponde, faltando receber a contrapartida dos Fundos Comunitários. Relativamente ao endividamento da Câmara, esta questão será focada aquando do debate do



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

12
[Handwritten signature]

Orçamento e do Saneamento Financeiro. No que diz respeito à ETAR do Pinhão e mini ETAR de Cheires este é um problema que Alijó e os restantes 38 Municípios estão a tentar resolver com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Indica que esta empresa se tem comportado de forma lamentável, num desrespeito total para com os eleitos da Região de Trás os Montes e Alto Douro, porque já é a quinta Assembleia Geral solicitada e pedida que eles não realizam, não se dignam a estar presentes e não conseguem resolver os assuntos pendentes que têm com a empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, a responsável por este tipo de investimentos em parceria com a Câmara, em termos de candidatura a Fundos Comunitários. Frisa que este é um problema grave e informa a Assembleia que na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro e o Sr. Presidente da Câmara de Boticas, na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal de Trás os Montes, fizeram uma carta conjunta para uma Assembleia Geral a realizar no próximo dia 22 para resolverem definitivamente este problema que se prende com os investimentos, com a tarifa e com o facto de as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, porque têm a maioria do capital nesta sociedade, continuarem a aumentar de forma indiscriminada o preço da água. Efectivamente, para além dos aumentos registados neste ano, vão aplicar no próximo ano um aumento de 5%, sendo esta a causa de não fazerem qualquer reunião, o que considera absolutamente inadmissível. Vão tentar resolver definitivamente esta questão na Assembleia no dia 22. Informa que do ponto de vista jurídico, o contrato que estabeleceram as Câmaras com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, está bem blindado e segundo os juristas, defende bem mais a empresa do que as Autarquias, mas vão fazer o que estiver ao alcance, do ponto de vista político e do ponto de vista jurídico, para resolver de vez este problema. Indica que não podem as Águas de Trás os Montes e Alto Douro fazerem o que têm feito até esta data, que consiste em transpor o seu défice para as Câmaras Municipais através do aumento da tarifa e da não realização dos investimentos a que estavam obrigados; lembra que fizeram um acordo de pré – adesão que implicava que eles ficassem com a alta e com a baixa, tendo ficado com a alta (tirar a água da Barragem para uma estação elevatória) e não querem ficar com a baixa, ou seja, a parte difícil da distribuição, levando a água do reservatório até casa de cada um. Refere que as Águas de Trás os Montes e Alto Douro não estão interessados nesta parte porque está na origem do défice que tem a esmagadora maioria dos Municípios, onde só



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

conseguem cobrar 25% do custo real da água; a empresa cobra ao Município 100% e este último tem sido a almofada entre a empresa e os Municípios pois há treze anos que não mexem no preço da água e neste momento só conseguem cobrar 25% dessa quantidade, ou seja, têm um défice anual de 75%, o que se torna inoportável. Acrescenta ainda que há uma legislação comunitária da gestão dos resíduos sólidos e da água, que obriga a adequar o preço ao custo real do serviço, preço este sobre o qual não conseguem ter qualquer tipo de intervenção. Indica que do ponto de vista político, esta situação só tem uma solução: ou passa tudo de novo para a Câmara ou passa tudo de vez para a dita empresa e possivelmente, em termos políticos, não poderá ser assumida pela Câmara de Alijó, mas pelo Governo da Nação. Indica ainda que a água é um bem de primeira necessidade e não podem estar sujeitos a esta situação, que tem a ver também com as dificuldades de um território de baixa densidade em que há uma grande quantidade de território e de investimento a fazer no mesmo e pouca população; se as Águas de Trás os Montes e Alto Douro quiserem ter uma situação equilibrada, terão que fazer com a água, o mesmo que foi feito com a luz que ao ter uma tarifa Nacional, os que vivem nos grandes centros, pagam um pouco mais, o qual dá para suprir a ausência de pessoas no interior. Refere que este é mais um custo da interioridade que estão a suportar, situação que tem que acabar, pois é uma situação não apenas da Câmara de Alijó mas de todas as Câmaras. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Márcio Ribeiro e ainda relativamente à questão da água, informa que tiveram uma Reunião de Câmara onde discutiram com total abertura e de uma forma muito construtiva esta matéria com os Srs. Vereadores do Executivo não permanente (Srs. Vereadores do PDS) reconheceram que esta situação não podia continuar assim e em conjunto estão a tentar construir uma tabela de taxas que vá gradualmente aproximando o preço da água de um preço mais equilibrado para a Autarquia poder aguentar do ponto de vista financeiro e com algumas diferenciações ou discriminações positivas que tem a ver com as pessoas que têm o ordenado mínimo Nacional, com as pessoas de famílias numerosas, aposentados ou noutra situação de dificuldade social. Acrescenta que vão actualizar as taxas mas vão salvaguardar as situações sociais, com uma atenuante para que esse impacto não se sofra de forma tão grave, sendo feito em comparação com taxas de outros Município que rodeiam o Município de Alijó e da Região. Este é um assunto que será resolvido brevemente pois foi já



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

presente em Reunião de Câmara e numa próxima Reunião será fechado; este assunto teve uma atitude muito construtiva porque todos reconheceram que esta situação não pode continuar. No que diz respeito à iluminação pública, as despesas do ambiente e as despesas na área da educação, particularmente dos transportes, representam dois terços das despesas correntes e são a causa pela qual, não obstante terem feito um enorme corte nas actividades de carácter cultural e de promoção, assim como um corte muito significativo nos recursos humanos; estas três áreas “comeram” praticamente aquilo que conseguiram poupar a este nível. Refere que todas as Autarquias estão a procurar poupar na questão da iluminação e no Jornal “A Voz de Trás os Montes”, podem ler que a Câmara de Valpaços, pretende poupar quatro milhões de euros na energia eléctrica, fazendo exactamente o que o Município de Alijó está a fazer e como é do conhecimento dos Membros da Assembleia, particularmente os que são Presidentes de Junta, fizeram uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta para que em conjunto com eles e não de forma cega, possam fazer a diminuição da iluminação pública obedecendo a este princípio: iluminar as casas, os sítios onde existem pessoas e deixar de iluminar carquejas, arbustos, pinheiros, etc., sendo esta a estratégia da Câmara, para salvaguardar as pessoas e bens. Informa ainda que também equacionaram a hipótese de diminuir uma hora ou duas ao início da manhã ou ao início da tarde, em função de tentar diminuir a factura, mas garantindo a segurança de pessoas e bens. Esta é uma medida que não é exclusiva da Câmara de Alijó, estando todas as Câmaras a tomar esta atitude dado que esta é outra factura absolutamente brutal no Orçamento das Despesas Correntes. No que diz respeito aos protocolos informa que é verdade que ultimamente não têm conseguido cumprir as expectativas que criaram, relativamente aos protocolos assinados com as Juntas de Freguesia, mas ao contrário do que afirmou o Membro Márcio Ribeiro, á algo absolutamente recente; no passado, aquilo que estava previsto em termos de transferências de duodécimos para as Juntas de Freguesia, bem como Despesas Correntes, eram cumpridas na íntegra. Indica que não conseguiram cumprir neste ano pelo facto de desde o mês de Outubro, na sequência da aplicação da penalização do endividamento decorrente da Lei das Finanças Locais, terem passado a receber menos cinquenta e cinco mil euros mensais, quantia altamente significativa para a Autarquia de Alijó e também pelo facto de quando elaboraram o Orçamento não estarem à espera de na altura virem a ter o corte que tiveram. Refere



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

que teve como preocupação garantir a todos que as Despesas Correntes que estavam previstas neste Plano, em que ainda deviam às Autarquias Juntas de Freguesia, cerca de trinta mil euros, serão pagas na íntegra até ao final do ano, desde que os Srs. Presidentes de Junta tragam os documentos comprovativos das respectivas despesas; o protocolo menciona que há aquela verba, para realizar aquelas despesas, mas se as mesmas não forem realizadas, não pode transferir a verba. Alguns Srs. Presidentes de Junta já têm seis duodécimos garantidos, que em alguns casos já estão nas contas dos Srs. Presidente de junta e noutros ainda não porque falta apresentar algum documento. Desafia os Srs. Presidentes de Junta a que até ao final do ano, quem ainda tem algum documento para entregar e poder receber a verba, que o faça, porque caso contrário, a verba não vai poder entrar nem para a contabilidade da Câmara nem da Junta de Freguesia. Relativamente ao próximo ano, informa que diminuíram os duodécimos para uma percentagem que corresponde a 8,4 duodécimos, relativamente ao que estava previsto este ano. No que concerne a estes 8,4 duodécimos indica que são uma expectativa que gostaria de cumprir, mas a correr tão mal como este ano, garantidamente, pagarão 6 duodécimos, mas a intenção do Executivo é ir pelo menos 8,4 duodécimos, com uma execução de 100% nos duodécimos. Lembra que têm um Orçamento que é 4,2 milhões de euros menos do que o anos transacto, o que levou a reafectar todas as despesas em função disso. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes sobre o aeródromo, assume perante todos e perante o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, o seguinte compromisso: tal como quanto a outras obras, no que diz respeito ao aeródromo, só irão fazer a obra de fundo deste se ela for candidatável a Fundos Comunitários; a Autarquia não tem possibilidades financeiras para executar a obra sem apoios Comunitários. Considera o aeródromo uma grande estratégia não apenas para o Concelho como para a Região e vão fazer todos os esforços para o concluir ou deixar pelo menos parte da obra concluída, para que quem vier a seguir, possa fazer o resto do trabalho. Acrescenta que não desistiram de tentar uma parceria privada para a realização desta obra e por tal motivo, permanece no Plano de Actividades e Orçamento, não com a verba que permitisse realizar a expensas próprias, mas com uma verba indicativa para poder ser encaixada em qualquer uma destas soluções. No que diz respeito às ZIF (Zona de Intervenção Florestal) Alijó – Norte, pensa que esta foi uma das grandes conquistas que tiveram nos últimos



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

16
[Handwritten signature]

tempos, conquista esta que em muitos casos não tem sido devidamente valorizada; foi um enorme esforço feito por todos, para o Município de Alijó poder ter uma ZIF que é hoje reconhecida pelas diferentes entidades que acreditam nestas soluções, por dois pontos de vista: para prevenir o incêndio florestal e sobretudo para dar alguma rentabilidade económica ao sector da floresta, que na Zona Norte, a maioria é minifúndio, são pessoas idosas e que se não fosse com esta estrutura, não conseguiam gerir a sua matéria lenhosa, sendo uma forma de transformar a floresta no Norte, para aquilo que tem sido a vinha no Sul. Informa que neste dia falou com o Sr. Director Geral das Florestas que ele próprio ou alguém da sua confiança pessoal e profissional, irá estar presente no próximo domingo pelas 14:30 horas na Assembleia Geral da ZIF Alijó – Norte, com o intuito de tentar apresentar uma candidatura a uma segunda equipa de sapadores florestais para o Concelho, que seria absolutamente importante. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, apelando ao poder de síntese, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MIGUEL ÂNGELO:** Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se a escola que referiu na sua intervenção, é a “escola do fundo” pois segundo o seu ponto de vista, aquela escola, para uma escola de música, faz todo o sentido, mas para ser também auditório, dista apenas da estrada nacional uns 300 metros e a Banda de Música tem alturas que chega dos concertos às duas ou três da manhã, trazendo uma logística de vários metros cúbicos de mercadoria, estando dificultados para fazer o transbordo da mesma. Acrescenta que o problema daquele local não são as infra-estruturas que já lá existem mas sim os acessos. Congratula-se com a disponibilidade dos cinquenta mil euros, pois as escolas onde estão agora se fossem todas restauradas com a prata da casa, como já sugerido pelo Sr. Presidente da Câmara, seria suficiente para a dita escola de música e para o outro lado, sugeria ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que fizesse um centro cultural que tanto precisa a aldeia. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Indica que ao consultar a página do PSD Alijó, deparou com um artigo sobre a Banda de S. Mamede de Ribatua, agradecendo assim a preocupação dos mesmos, artigo esse onde interrogam o Sr. Presidente da Câmara sobre um protocolo assinado entre a Câmara Municipal, a Banda e a Junta de Freguesia. Lembra que a primeira ideia de há dois



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ou três anos atrás, altura em que era o Sr. Laureano o Presidente da Banda foi sobre a escola P3, porque é um edifício que vai ficar desactivado, tem um espaço envolvente maravilhoso, tendo também o polidesportivo ao lado, tem um parque de estacionamento com capacidade para trinta ou quarenta carros; é ainda um edifício que só tem que ser readaptado. A Direcção que estava, saiu e surgiu uma nova ideia, com uma nova obra que considera megalómana, mas imposta pela Direcção da Banda. Indica que existe efectivamente um protocolo, que caso os Srs. Vereadores do PSD e toda a Bancada do PSD não tenham o mesmo, pode facultá-lo para consulta e onde está expresso que a Câmara só iria participar se houvesse uma candidatura, as quais estão fechadas; há uma promessa por parte da Câmara, não tanto por parte da Junta de Freguesia para fazerem obra nos quatro anos, no entanto só ainda decorreu um ano e durante este ano, com muito sacrifício da Junta e algum da parte da Câmara, adaptaram uma sala da escola primária para irem fazendo os ensaios, considerando que esta não é o ideal. Lembra que andou quinze anos na Banda, esteve ligado aos dois maiores momentos que a Banda teve, em duzentos e dez anos: no acidente em 1983 e na realização, quer como Presidente de Junta quer como elemento da Direcção da Banda do centenário desta, tendo sido o maior evento em S. Mamede até aos dias que correm e um dos maiores do Concelho. Indica que tem alguma formação musical, que lhe permite defender a sua tese, sendo que considera que o melhor para S. Mamede e para a Banda de Música é a escola P3. Informa que na segunda-feira cerca das 8.30h estava presente na Câmara para ter uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara sobre a Banda, derivado ao que ficou determinado numa Assembleia Geral da Banda de Música, onde como sócio, demonstrou que o melhor para a Banda e para S. Mamede, era aceitarem as instalações para a sede e escola e música, pois a Banda só funciona e funcionará no futuro se tiver uma boa escola de música. Lembra que o edifício de cima foi a Junta que pagou uma peritagem para fazer um estudo sobre o mesmo e a conclusão do estudo foi que o edifício poderia ruir a qualquer momento, tendo sido aconselhados a abandonar o mesmo; perante isto, a Banda fez um pedido à Câmara de cinquenta mil euros, quantia contemplada no Plano. Aconselha a que este dinheiro seja utilizado para adaptarem um salão da escola, fazendo lá o auditório de música excelente porque o resto já está feito. Acrescenta que vai lá um autocarro, sendo necessárias algumas obras e proibir alguns estacionamentos para que o autocarro se possa dirigir até ao local.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

18
[Handwritten signature]

No que concerne aos instrumentos maiores, parte deles já estão a ser transportados por uma carrinha da Junta de Freguesia. Refere que se o Sr. Presidente da Câmara tiver oportunidade de estar presente nas festividades de Santo Mamede, irão estar com o Sr. Presidente da Banda para ultimar os pormenores e para a partir do mês de Junho, quando a escola ficar desocupada, prepararem o edifício para a Banda se deslocar para lá. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Relativamente aos protocolos, afirma que a relação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia é muito anterior à existência do sistema de duodécimos pois já antes os protocolos não eram cumpridos por parte da Câmara e até em percentagens bastante elevadas; desde que foi instituído este sistema, logo nos primeiros meses deixou de ser cumprido pela Câmara. Relembra que a questão dos duodécimos é apenas uma questão de operacionalizar o pagamento das transferências da Câmara às Juntas de Freguesia e não propriamente nada de novo a esse propósito. Relativamente aos documentos em causa, o Sr. Presidente da Câmara refere-se aos recibos daquilo que as Freguesias recebem da Câmara Municipal e ao contrário do que tem sido a prática habitual, os recibos apenas devem ser entregues depois do efectivo recebimento por parte das Freguesias e não antes como muitas vezes era exigido. No que concerne às águas e seu preço, faz-se referência que vai haver um aumento, lembrando que há cerca de um ano ou dois, quando começaram a falar da crise, a Câmara Municipal quis tomar algumas medidas de apoio às famílias, de modo a que fosse diminuído o impacto que a crise poderia ter nelas; neste momento em que a crise está verdadeiramente no seu auge, verificam o contrário, ou seja, a Câmara para resolver o seu problema financeiro acaba por se esquecer das famílias e no momento mais difícil, vai subir a tarifa das águas. Lamenta que durante os últimos treze anos, nunca esse preço tenha sido actualizado de modo a que correspondesse ao custo real e seja feito agora. Relembra que recentemente foi aprovada uma tabela de taxas do Município em que estranhamente também esta matéria não foi objecto de análise e já nessa altura sabiam que a Câmara estava a servir de almofada entre o consumidor de água e a empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Concorda quanto à atenuação que eventualmente haja por questões sociais na tabela de preços, lembrando que deve haver algum agravamento para os consumos excessivos e injustificados. A este propósito, incita se possível, que em vez de imediatamente subir os preços, tivessem mais cuidado no controle de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

gastos desajustados e injustificados de água, sendo uma boa forma de diminuir o preço que a Câmara tem que suportar. Refere ainda o facto de dizerem que o pacto entre a empresa Águas de Trás os Montes e a Câmara é blindado a favor da dita empresa, porque se há um pacto leonino, não compreende como foram todas as Câmaras assumiram esta situação e alguém tem que assumir responsabilidades em ter firmado com a empresa, um pacto em que as Câmaras são claramente prejudicadas. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção focando a actualização da tarifa das águas pois podia e devia ter sido feita há mais tempo, não sendo admissível que haja pessoas que pagam cinquenta cêntimos de consumo de água por mês. Entende que deviam actuar no campo da fiscalização e da penalização sobre os prevaricadores, porque há muitas pessoas que têm os contadores avariados, havendo ainda conhecimento das causas das avarias, durante anos, levando ao desperdício de água; indica ainda que as avarias propositadas, muitas vezes são com o objectivo de regar, daí que a fiscalização seja muito importante assim como a penalização, procedendo ainda à substituição imediata, sempre que haja conhecimento de um contador na situação de infracção. Afirma que não podem fugir deste reajuste e até “peca por tardio”, independentemente da atitude das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, pois a Câmara tem que ter em atenção o serviço que presta e a receita que daí advém. Refere que todos reconhecem que a água não está a ter o retorno em função do seu fornecimento, sendo necessários os reajustes. Acrescenta que simplificava a situação, se tivessem sido feitos ao longo do tempo, mas ainda estão a tempo de o fazer e devendo ser feito a bem do equilíbrio das contas do Município. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que Concerne à intervenção do Membro Miguel Cartageno, relativamente à Banda de Música de S. Mamede de Ribatua e todo o processo, pensa que a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia foi clara, reafirmando que: o problema ainda não está resolvido porque as diferentes Direcções mudaram de estratégia ao longo do tempo; este Município ainda não viu o estudo hoje já referido, embora acreditando nele e por isso estão contemplados no Plano de Actividades e Orçamento os cinquenta mil euros que pediram e que seria



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

a solução do problema do actual Auditório; sempre disseram que a obra feita pelo arquitecto da Câmara, de implantação de um novo edifício para sede, só seria executada se houvesse uma candidatura a Fundos Comunitários, tal como o aeródromo e outro tipo de investimentos como a candidatura da Rua António Manuel Saraiva no Pinhão, entre outras candidaturas. Refere que não há nenhuma Câmara em Portugal, com a actual crise, que possa fazer obras de valor significativo, acima de meio milhão ou um milhão de euros, sem apoio de Fundos Comunitários. Acrescenta que não podem ser criticados porque se endividam e ao mesmo tempo porque não fazem as obras. Frisa que a Câmara Municipal de Alijó, tem dado resposta através de si próprio e do Sr. Vereador do Pelouro, à Banda e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, sobre as diferentes soluções, procurando o consenso porque não fazem em lado algum, obra contra a vontade das pessoas. No que diz respeito à intervenção do Membro Márcio Ribeiro, no que diz respeito à água e à estratégia refere que há treze anos que não mexem na água porque a consideram um bem essencial e porque antes ainda não tinham tido a necessidade, ao nível das despesas correntes, de pegar neste aspecto. Acrescenta ainda que as taxas da Câmara, têm uma visão produtiva com taxas evolutivas, para que as famílias mais ricas paguem mais e as famílias que não podem, paguem menos. Lembra que uma das medidas que já existia desde essa altura era aplicada aos reformados que com dificuldade financeira, só pagavam metade do consumo de água. Quanto a saber porque é que no tempo das medidas de apoio social, não se lembraram desta situação, lembra que o próprio Primeiro – Ministro afirma que “em quinze dias o mundo mudou” solicitando que veja o quanto mudou em três anos. Indica que quando tomaram as medidas não estavam na actual situação, nem a nova Lei da Finanças Locais estava em vigor. Lembra que foi uma das pessoas que contestou a Lei, não obstante ser o seu próprio Partido no Governo, a elaborar a dita Lei. Disse desde a primeira hora que não concordava com a nova Lei das Finanças Locais, pois esta ia asfixiar as despesas correntes dos Municípios de pequena e média dimensão, acrescentando que antes desta Lei tinham 60% da capacidade de endividamento e com a simples aplicação da Lei passaram a ultrapassar os limites de endividamento em um milhão e trezentos mil, por uma simples alteração da fórmula matemática de cálculo. Indica ainda que de uma forma geral, todo o interior é vítima e a Câmara de Alijó foi ainda vítima por ter sido muito eficaz na candidatura a Fundos Comunitários, porque foram também buscar obras em



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

overbooking, que outros não tiveram capacidade para realizar e a Câmara Municipal de Alijó tinha esse fundo (almofada) que lhes foi retirada de um dia para o outro, alterando “as regras a meio do jogo” e ninguém conseguia prever. Relativamente ao uso eficiente da água, afirma que não pode estar mais de acordo e por tal facto vão colocar contadores em tudo que consome água no Concelho, desde Câmara, Associações sem fins lucrativos, IPSS, para pelo menos, mesmo os que vêm a beneficiar de medidas de discriminação positiva, saibam quantos estão a ser apoiados e por quem. Relativamente às Águas de Trás os Montes e Alto Douro afirma que foi um esquema de carácter económico – financeiro no qual todas as Câmaras foram obrigadas a entrar, para cumprir uma directiva Comunitária da água ao nível do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais), ao nível dos recursos hídricos e na altura, a única forma que tinham de cumprir com os investimentos, de os fazer e cumprir com as directivas, era aceder ao Fundo de Coesão. No entanto para aceder a este Fundo cada Câmara não tinha o número de habitantes suficiente, levando assim à criação das diferentes empresas debaixo do “chapéu” - empresa Águas de Portugal, para poderem ter acesso a esses Fundos. Lembra que nessa altura, a Câmara de Alijó, afirmou que entrava no processo mas, quem ficasse com a alta, tinha que ficar igualmente com a baixa. Dirige-se aos membros da Assembleia alertando para o facto de não poder a Câmara sozinha ou até Trás os Montes e Alto Douro resolver esta questão, pois tem que ter uma solução política a nível Nacional e tem que ser assumido para o problema da água, uma solução idêntica à que foi assumida para o problema da electricidade; tem que existir uma só empresa a nível Nacional que consiga compensar os territórios de baixa densidade populacional com os territórios de grande densidade populacional para que haja um único preço e para que não sejam prejudicados pela ausência de pessoas e pela impossibilidade do preço se aproximar do custo real do bem. As Águas de Trás os Montes e Alto Douro incluem na tarifa que cobram, a amortização do investimento que realizaram, da contrapartida Nacional do Fundo de Coesão. Esclarece que andam a pressionar o Governo para resolver em definitivo este problema, porque sozinhos são incapazes de o fazer. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início à Ordem de Trabalhos, introduzindo o *Ponto Um* ” *Exposição do Senhor Presidente da Câmara* ” (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Setembro (segunda quinzena), Outubro, Novembro e Dezembro (primeira quinzena) de 2010. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data da presente informação, o Município de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, na ordem dos 8,4 milhões de euros. Da dívida actual, 44% respeita a fornecedores correntes, e cerca de 56% respeita a fornecedores de imobilizado (investimento). De salientar que a execução do plano de saneamento financeiro, aprovado por esta Assembleia Municipal, não se encontra executado a 100%. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. No que respeita a dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros, está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural: **Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Setembro	2	227
Outubro	12	488
Novembro	39	372
Dezembro	0	15



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Setembro	-
Outubro	-
Novembro	807
Dezembro	-

Actividades Realizadas: Dia 16 de Novembro: Projecto “Vaivém dos livros” na Escola D. Sancho II. Dia 19 de Novembro: Espectáculo de animação da leitura “O mundo de Andersen” dirigida a todos os infantários Oficiais do Concelho. De 29 de Novembro a 13 de Dezembro: Actividade de animação de Natal intitulado “Um amigo”, em parceria com a Biblioteca Escolar do Agrupamento Vertical de Escolas, onde foram oferecidos sacos de chocolates a todas as crianças. Auditório Municipal - Acções Pagas

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
A saga Twilight: Eclipse	Filme	3	70	Setembro
Eu, Manuel Inácio, Quero Ser Santo!	Teatro	1	82	
Shrek Para Sempre	Filme	2	68	
Dia e Noite	Filme	3	35	
As Filhas da Mãe	Teatro	1	58	
A Origem	Filme	3	41	Outubro
Os Fados da República	Música	1	41	
Os Mercenários	Filme	2	27	

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Uns comem os Figos... / Uma casa de Doidos	Teatro	1	45	Novembro
Toy Story 3	Filme	1	46	
O Aprendiz de Feiticeiro	Filme	3	47	
Marmaduke	Filme	1	13	
Salt	Filme	2	19	
Raízes – Fado e Flamengo	Música / Dança	1	52	
Karate kid	Filme	3	33	
Gru – O Mal Disposto	Filme	2	23	Dezembro

Acções gratuitas

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
"Apoyo à família e à comunidade" – Curso EFA / Consultua	Teatro de fantoches	1	170	Novembro
Acção de divulgação sobre as novas ajudas à recuperação dos muros e casebres da região do Douro – A. A. Nordeste Transmontano	Sessão de esclarecimento	1	20	
1º Aniversário da Associação Cultural O Plátano de Alijó (actuação do rancho de Alijó)	Música / Dança (convívio)	1	115	
"Apoyo à família e à comunidade" – Curso EFA / Consultua	Teatro de fantoches	1	170	
Acção de divulgação sobre as novas ajudas à recuperação dos muros e casebres da região do Douro – A. A. Nordeste Transmontano	Sessão de esclarecimento	1	20	
Palestra sobre o cancro dos intestinos	Palestra	2	100	

Rua General
Aíves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Workshop casting TV & Voz	Workshop	1	40	Dezembro
---------------------------	----------	---	----	-----------------

Espaço Internet: Setembro: 1065 utilizadores, Média de idades: 20,6; Outubro: 969 utilizadores, Média de idades: 20,8; Novembro: 834 utilizadores, Média de idades: 20,4; Dezembro: 188 utilizadores, Média de idades: 20,3.b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. -Piscinas Municipais: Entradas no Complexo para utilização da Piscina: Outubro

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	365
Escolas 1º ciclo	355
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	398
Lazer	206
Aeróbica	66
Hidroginástica	392
Clube de Natação Alijó	-
Boccia	-
Danças	-
Pilates	-
Ballet	30
PumPit	38
TOTAL	Entradas 1850

Novembro

Entidade/Escola	Nº de Entradas
-----------------	----------------

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials:
M.C.
30/11/10
E.

Escola de Natação	350
Escolas 1º ciclo	605
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	514
Lazer	229
Aeróbica	159
Hidroginástica	338
Boccia	-
Pilates	-
Ballet	46
PumPit	23
TOTAL	Entradas 2264

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Outubro 2010

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	4373
EFDM	-
A. Marciais	34
Patinagem	33
Basquetebol	354
Futsal	344
TOTAL	Entradas 5138

Novembro 2010

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	6879
EFDM	-
A. Marciais	-
Patinagem	89
Basquetebol	198
Futsal	92
TOTAL	Entradas 7258

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. Colocação de informações no Sítio da Câmara.

Alguns Números:

GAC	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
CARLÃO	720	660	740
PINHÃO	2798	3424	3643
SANFINS DO DOURO	582	692	675
VILAR DE MAÇADA	1715	994	1381

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Setembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de cinquenta e sete portugueses, doze ingleses, sete franceses, sete espanhóis, dois australianos, seis canadianos, dois chilenos, seis holandeses, dois israelitas, dois italianos, dois suíços, três alemães, dois irlandeses, dois polacos, dois sul-africanos, três brasileiros, quatro belgas, um moçambicano e três emigrantes. - Prestação de informação turística documental a entidades várias. - Acolhimento dos alunos do Curso de Turismo da Escola EB 2/3 de Alijó: sessão de formação sobre as funções do Posto de Turismo. Outubro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta e três portugueses, dois



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ingleses, cinco franceses, quatro alemães, um italiano, quatro canadianos, dois norte americanos, três holandeses, cinco brasileiros, quatro dinamarqueses e um emigrante. - Prestação de informação turística documental a entidades várias.

Novembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e seis portugueses, dois franceses, dois belgas, três suíços, dois austríacos, dois australianos, um norte-americano e três emigrantes. - Prestação de informação turística documental a entidades várias. - Organização de programa de fim-de-semana para grupo de 27 pessoas. Dezembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de quinze portugueses. - Prestação de informação turística documental a entidades várias. e – Gabinete de Arqueologia: Montagem e Inauguração da exposição intitulada “100 Anos de História – Exposição Comemorativa do Centenário da República em Alijó” no dia 11 de Novembro de 2010 pelas 21h no Teatro Auditório Municipal de Alijó. De realçar que a respectiva exposição esteve patente entre os dias 11 e 30 de Novembro, tendo sido visitada por inúmeras pessoas e grupos interessados em conhecer este período tão rico da história nacional e local; Criação gráfica de diversos elementos de divulgação enquadrados no tema expositivo, a título de exemplo o poster oficial representativo da exposição “100 Anos de História – Exposição Comemorativa do Centenário da República em Alijó”. Toda a divulgação produzida em “ambiente web” foi da minha responsabilidade, tendo sido actualizadas as seguintes páginas on-line: www.cm-alijo.pt e <http://arqueologia.cm-alijo.pt>. Concepção da Newsletter de Arqueologia nº 7 e elaboração noutras brochuras informativas (Ex: Agenda Municipal de Alijó - Mês de Novembro); Criação de um DVD de arquivo municipal em formato digital resultante do trabalho de investigação e digitalização documental; Cooperação no projecto do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios (Estabelecimento de contactos com algumas empresas; reorganização do dossier da candidatura/projecto); Acompanhamento arqueológico na implementação do telhado respeitante ao segundo edifício anexo da Igreja da Senhora da Boa Morte localizado na freguesia do Pópulo. A colocação da nova cobertura (telhado) ficou a cargo dos elementos integrantes da Comissão Fabriqueira do Pópulo; Posicionamento no terreno de um painel explicativo sobre o povoado fortificado do Pópulo de forma a melhor enquadrar a visita turística individual e em grupo. O painel supra mencionado para além de possuir elementos gráficos encontra-se traduzido em Inglês; Acompanhamento técnico e arqueológico com a colaboração dos sapedores municipais de Alijó na limpeza e desmatação de um antigo caminho rural que permite o acesso pedonal à Sepultura Rupestre de Sobredos, sito na Freguesia de Vilar de Maçada. Actualmente a mesma encontra-se sinalizada no terreno detendo sinalética de tipo direccional e explicativa; Colaboração com o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde de forma a proceder-se ao registo de Ordenação Heráldica desta freguesia através da publicação em Diário da República; Concepção e execução de uma visita arqueológica guiada dirigida a elementos de “media” (televisivos), tendo em vista a criação de um documentário sobre o concelho de Alijó, mais propriamente dito sobre a linha ferroviária e vale do rio Tua; Recolha de informação de índole patrimonial, facultando o seu acesso tanto aos cidadãos (Ex.: alunos de mestrado; estudantes) assim como organismos interessados, como as organizações específicas que tutelam o património no nosso País (Ex.: IGESPAR, DRCN); Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da criação de uma



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29
[Handwritten signature]

Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio electrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt/>; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de mini projectos: - Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio, através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. c – Obras e Intervenções Municipais: * Reparação de rupturas de água; * Desentupimento de saneamentos, fontanários e ribeiros; * Limpeza de mato, jardins, estradas, ruas, caminhos, aterros, lixeiras, nascentes e fossas sépticas; * Trabalhos de manutenção em várias escolas do concelho; * Trabalhos de manutenção no complexo das Piscinas Municipais; * Trabalhos vários em estradas e passeios; * Trabalhos de manutenção no Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó; * Colocação e manutenção de tampas de saneamento; * Trabalhos de manutenção em Bairros Sociais do Concelho; * Montagem e desmontagem de palcos, stands, barracas e estrados para diversas festas do concelho; * Trabalhos de manutenção de Igrejas e Capelas do Concelho; * Trabalhos de manutenção no edifício do Tribunal Judicial de Alijó; * Trabalhos de manutenção no edifício do Museu de Favaios; * Trabalhos de manutenção no edifício do Teatro Auditório Municipal; * Limpeza de estações elevatórias; * Transporte de géneros alimentícios de Vila Real para o Concelho; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Ensino Pré-Primário em Sanfins do Douro) – adjudicada - Eliminação e Limpeza de Lixeiras e Montureiras no Concelho – adjudicada- Construção/Requalificação do Pólo Escolar e EB1 – Alterações ao Projecto de Electricidade – em concurso - Rede de Saneamento do Município – Conservação e Reparação (Freguesias de Pinhão, Vilarinho de Cotas e Casal de Loivos) – em concurso - Construção de Muros Degradados no Pinhão – Acesso ao Infantário – em concurso - Construção/Requalificação do Pólo Escolar Integrado de Alijó – Pré-Escolar e EB1; Eficiência Energética do Edifício – em concurso - Cemitério - Alijó - em concurso - Prestação de Serviços para Controlo de Qualidade das Águas – em concurso - Alargamento da Lagoa de Vila Chã – em concurso - Construção e Reparação de Muros Degradados (Suporte à Estrada Junto à Escola Primária de Favaios) – em concurso - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Bairro Social do Pinhão) – em concurso - Construção e Reparação de Muros Degradados na Freguesia do Pinhão – em concurso; d – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes - Abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó. - Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30
[Handwritten signature]

hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - Encontram-se emprestadas 29 camas hospitalares: de Setembro até ao momento foi emprestada 1 cama (Sanfins do Douro) - Encontram-se emprestadas 27 cadeiras: de Setembro até ao momento foram emprestadas 2 cadeiras de rodas (Vila Chã e Vilar de Maçada) - Encontra-se emprestado 1 colchão anti-escaras - Serviço de informação e Mediação da Pessoa Portadora de Deficiência – SIM-PD Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: Transitam de 2009 – 47, N.º de processos entrados em 2010 – 13, N.º de processos aprovados em 2010 – 6 (Carlão, Vilar de Maçada, Pópulo, Alijó- Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação: - Programa “Solarh”: N.º de processos entrados total – 64, N.º de processos aprovados – 28 (3 desistiram após aprovação), N.º de processos a aguardar aprovação – 1, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 11, N.º de desistências – 23. Projectos de Intervenção Comunitária: - Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projecto é de âmbito supra concelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Acção foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respectivos Concelhos. Acções desenvolvidas: - Implementação de Ginástica Geriátrica em todas as IPSS do Concelho; - Preparação e implementação da actividade para os idosos WEB-ITINERANTE. Esta actividade pretende levar as novas tecnologias aos idosos e será implementada em todas as freguesias do Concelho; Rede Social - Aprovação da reformulação do Diagnóstico Social do Concelho. Gabinete de Inserção Profissional - GIP

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Actividades	Nº de Utentes Abrangidos
Informação profissional para jovens e adultos desempregados	128 Participantes
Apoio à procura activa de emprego (sessões de técnicas de procura de emprego)	14 Sessões
Captação de ofertas junto de Entidades Promotoras	05 Ofertas
Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo	16 Utentes
Contactos com Empresários / Visitas a Empresas	20

b - Educação: ➤ Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade); ➤ Transferência de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; ➤ Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho (auxiliares de acção educativa para estabelecimentos de ensino e auxiliares para apoio à Componente de Apoio à Família, Programa de Generalização de Refeições Escolares e Programa de actividades de Enriquecimento Curricular); ➤ Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; ➤ Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; ➤ Gratuitidade da componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; ➤ Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e no Pré-Escolar. No caso do 1º CEB apoiou-se também ao nível de manuais escolares; ➤ Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino; ➤ Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino; ➤ Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); ➤ Cedência de transporte a instituições do concelho de carácter cultura e desportivo com compromissos oficiais (actuações, competições,...); ➤ Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; ➤ Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho; ➤ Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes; ➤ Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; ➤ Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; ➤ Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; ➤ Construção do Centro Escolar de Alijó; ➤ Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; ➤ Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; ➤ Limpeza e desinfestação de edifícios escolares e áreas circundantes; c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; - Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; - Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais; - Vistoria a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

veículos de venda ambulante de bens alimentares, para renovação ou emissão do cartão de vendedor ambulante. e –

Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Sector Agro-Industrial – Produção de vinhos comuns e licorosos	. GADL; . Vice-Presidente da CMA; . Divisão de Obras e Serviços Urbanos; . Promotores.	Informação a todos os proprietários de adegas de que estas, ao abrigo do novo regime de licenciamento industrial estão sujeitas a licenciamento industrial (Dec-Lei n.º209/2008)	. Sessão de esclarecimento sobre o Novo Regime de Exercício da Actividade Industrial.
Concelho de Alijó – Alijó – Vila Chã Sector Agro-Pecuário: - Exploração de Suinicultura	. GADL; . Promotor;	. Criação de porcos da raça Bisara em regime intensivo ao ar livre.	. Reunião de trabalho com o potencial promotor por forma a ser efectuado o melhor enquadramento para o licenciamento; . Pedido de parecer prévio sobre a localização da exploração; . Visita de trabalho ao local de implantação da exploração.
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das actividades nas explorações Pecuárias e Cozinhãs Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
Concelho de Alijó – Alijó – Vale de Mendiz Sector/Turismo	. GADL; . Promotor	Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento de Empreendimentos Turísticos;	. Reunião de trabalho com o promotor para informação e esclarecimento sobre todos os passos a seguir para classificação de um empreendimento turístico.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF; . Juntas de Freguesia. . Entidade Turismo Douro	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2010/2011, tal como informação sobre o resultado do sorteio e a respectivas listas dos caçadores admitidos e excluídos para a Época Venatória 2010/2011 (2.º período de inscrições aos Tordos); . Realização de 2 Batidas à Raposa de acordo com o calendário venatório

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

33
[Handwritten signature]

			<p>2010/2011;</p> <ul style="list-style-type: none">. Serviço administrativo da ZCMA:- emissão das autorizações especiais de caça;- requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas;. Tratamento e envio de correspondência ao caçador;. Fiscalização da ZCMA;. Vistorias para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas;. Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA;. Realização de sementeiras em áreas previamente definidas.
<p>Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)</p>	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Guarda-florestal Auxiliar;	<ul style="list-style-type: none">. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	<ul style="list-style-type: none">. Serviço administrativo da Concessão de Pesca;. Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;. Conclusão do processo documental da candidatura ao PRODOR, na Acção – “Gestão Multifuncional ” – Projecto aprovado para requalificação da área de pesca concessionada.
<p>Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p> <p>Sector Florestal – PMDFCI</p>	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. GTF;. COM.	<ul style="list-style-type: none">. Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
<p>Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p> <p>Sector Florestal – PMDFCI</p>	<ul style="list-style-type: none">. COM;. GTF;. GADL.	<ul style="list-style-type: none">. Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2010.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento e desenvolvimento de várias actividades relacionadas com a prevenção e protecção da floresta contra incêndios com os 22 jovens distribuídos pelo Concelho de Alijó, no Programa Voluntariado Jovem para as Florestas para 2010.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; . GADL; . COM.	. Informação das medidas a vigorar durante o Período Crítico (1 de Julho a 15 de Outubro 2010).	. Distribuição e divulgação da Portaria que define o Período Crítico, bem como elaboração de avisos com as medidas que a vigorar durante o Período Crítico.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF; . COM.	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF, COM.	. Contra-ordenações queimas e queimadas.	. Emissão de parecer sobre autos de notícia referentes a queimas e queimadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; . GADL.	. Coordenar as acções de Combate aos Incêndios Florestais.	. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Florestais ocorridos nas Freguesias de Carlão, Santa Eugénia, Pagarinhos, Amieiro, Vila Verde e Pópulo
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . GTF; . GADL.	. Marcação da área ardida.	. Levantamento e marcação em gabinete da área ardida no Concelho de Alijó.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. GADL; . GTF; . COM.	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro que estabelece as medidas e acções a	. Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

35
[Handwritten signature]

Sector Florestal – PMDFCI		desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. GADL; . GTF; . COM.	. Cumprimento da legislação – licenciamento de fogo-de-artifício.	. Elaboração de plantas de localização para lançamento de Fogo-de-artifício.
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. 2.º CODIS de Vila Real (ANPC); . GTF; . COM; . B.V. Sanfins do Douro; . B.V. Alijó; . B.V. Favaios;	. Incêndio Florestal Vila Verde – Pópulo (acidente com a viatura dos B. V. Sanfins do Douro)	. Inquérito interno sobre ocorrência acidente com a viatura VFCI 01 de Sanfins do Douro no combate ao Incêndio Florestal de Vila Verde – Pópulo.
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. GADL; . GTF; . COM.	. Incêndio Florestal Carlão – Santa Eugénia.	. Aconselhamento de populares sobre prejuízos causados por este Incêndio Florestal.
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. GADL; . GTF; . COM.	. Prejuízos causados pelos meios aéreos no combate aos Incêndios Florestais.	. Orientação destas situações para a Autoridade Nacional de Protecção Civil de Vila Real (ANPC).
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. GADL; . GTF; . COM.	. Projecto Vittis.	. Elaboração de plantas de localização.
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó	. GADL;	. Doenças do Castanheiro (<i>Castanea</i>)	. Avaliação, recolha de amostras em



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	. GTF; . COM; . Prof. Luís Martins (Departamento de Florestal UTAD – Patologia); . Eng.ª Elisa Ribeiro - AFN	<i>sativa</i>).	castanheiros do Concelho para avaliação de pragas e doenças.
Sector Florestal – PMDFCI			

Alijó, 13 de Dezembro de 2010 O Presidente da Câmara José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introdúz o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação do Mapa de Pessoal”*, e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que toda a informação sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos está expressa nos documentos, acrescentando que este ano não só não aumentaram a despesa com pessoal como a diminuiram através de três acções que podem rever no próprio Mapa: a não substituição de pessoas que se reformaram, sendo feita a substituição com recursos humanos dos POC e não renovando um conjunto de outros contratos de programas avulsos. Acrescenta que basicamente o Mapa é o mesmo, salvaguardando estas situações e relativamente ao ano anterior não há diferenças substantivas, mantendo para o próximo ano a estratégia de não substituir ninguém do Mapa de Pessoal, que entretanto se reforme. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MIGUEL ÂNGELO:** Indica que a Câmara de Alijó, merecia ter um Economista à frente das suas contas. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, constata que há alguns desequilíbrios na distribuição do pessoal, ao nível dos diversos serviços, continuando a verificar que há um excesso de “gerais”, nomeadamente Chefes de Divisão, que considera absolutamente desnecessários alguns deles, pois seria um modo de também combater a crise. Verifica ainda que ao nível do apoio às Freguesias, o Mapa de Pessoal podia contemplar, tal como já sugeriu anteriormente, um corpo efectivo porque há alguns gabinetes compostos apenas de uma pessoa, relativamente a pontos que não terão grande importância e as Freguesias com a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

importância que assumem, continuam a não ver reflectido ao nível dos diversos serviços, o apoio de que são tributárias. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Informa que concorda com a metodologia aplicada e também lhe agradava que na Câmara houvesse um *staff* que apoiasse as Juntas de Freguesia, porque cada vez mais exigem às Juntas de Freguesia, o tratamento de assuntos, para os quais muitas vezes as pessoas não estão habilitadas. No entanto, compreende que não possa ser assim, aceitando a metodologia aplicada, concordando ainda com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, ao referir que se vão reformando trabalhadores e vão usar recursos humanos dos POC, os quais vão desempenhar funções com toda a dignidade e se destes poder advir alguma ajuda para as Juntas de Freguesia, concorda com a proposta da Bancada do PSD. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ao nível da Divisão Financeira, no que diz respeito à sugestão, informa que a Câmara tem uma pessoa formada nessa área. Relativamente aos desequilíbrios referidos pelo Membro Márcio Ribeiro e ao apoio às Freguesias bem como a intervenção do Membro António Fernandes indica que, segundo o seu ponto de vista, o apoio às Freguesias, deve ser dado por todo o Executivo e todos os funcionários da Câmara, pois são as ordens que têm e não um gabinete específico para esse fim. Aceita a opinião dos Membros e esclarece que a metodologia do Executivo é diferente, pois o apoio às Freguesias deve ser dado por todo o Executivo e por todos os funcionários em função das necessidades de cada um. No que diz respeito ao excesso de Chefes de Divisão ou de outros desequilíbrios, informa que tiveram que fazer algumas alterações decorrentes da Lei, do ponto de vista do SIADAP e dos recursos humanos nas Autarquias, em que agora chamam de “Estruturas Orgânicas” ao que antes eram “Divisões e Secções”. Acrescenta que a legislação é muito recente e não tiveram tempo de fazer uma análise profunda mas estão a estudar e fizeram um trabalho em profundidade, todo o Executivo com todos os actuais Chefes de Divisão e uma equipa que está a tratar da modernização e simplificação dos serviços da Autarquia de forma a tornar os mesmos mais eficientes; dentro desta reflexão, poderão fazer outro tipo de alterações, reconhecendo que a única coisa que fizeram no momento, não foi



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

nenhuma alteração profunda, apenas adaptaram a actual estrutura às obrigações jurídico – formais da Lei. As alterações profundas estão em estudo, em análise e irão mudar aquilo que acharem que deve ser alterado em função da experiencia e do trabalho conjunto das novas exigências da Lei. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Pedido de aprovação do Mapa de Pessoal*” sendo aprovado por maioria com 17 votos a favor e 09 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e definição do número de unidades flexíveis e subunidades orgânicas”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: --

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o presente pedido tem como objectivo a adaptação da estrutura às exigências da Lei; dá como exemplo o gabinete de saúde, etc, antes estava numa Divisão, de acordo com a Lei, esta exige que esse mesmo gabinete esteja na dependência directa do Presidente da Câmara, assim como o Turismo que estava na dependência do Presidente da Câmara, passa para os gabinetes. Estas são alterações formais, exigidas pela própria Lei e não fizeram outro tipo de alterações pelos motivos já referidos no Ponto anterior, no entanto estão a ser estudadas e serão apresentadas, caso necessário, numa próxima reunião. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO FILIPE MACEDO:** Face à proposta apresentada do novo modelo da estrutura orgânica, definição do número máximo de unidades flexíveis e subunidades orgânicas, segundo a posição da sua Bancada, não passa de uma mera mudança na nomenclatura, mera adaptação à Lei, tal como referiu o Sr. Presidente da Câmara; fica tudo igual, mas com nome diferente. Refere que mais uma vez fica uma reforma necessária por fazer, para melhorar as condições dos trabalhadores da Câmara Municipal e o atendimento dos munícipes. Finaliza informando que vão votar contra esta proposta. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que a Bancada do PS regista com agrado que não andam à revelia da Lei e votará favoravelmente. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Refere que tal como consta da justificação deste Ponto da Ordem de Trabalhos, não dizem que não vão mudar nada, frisando que não estão dispostos a mudar, apenas por mudar. A alteração é muito recente, adaptaram formalmente para estarem em cumprimento com a Lei e estão em conjunto com as chefias e com uma consultadoria externa, tal como consta da sua Declaração de Voto, a trabalhar para a modernização e maior eficácia. Foi adaptada a estrutura à Lei e estão a estudar essa mesma estrutura no sentido de eventuais alterações futuras; se acharem que se justifica e produz melhoria, não podem estar mais de acordo com a intervenção Bancada da Oposição e as alterações serão feitas, caso contrário, não as farão. Reconhece que a adaptação é estritamente formal/ jurídica e não de conteúdo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e definição do número de unidades flexíveis e subunidades orgânicas"* sendo aprovado por maioria com 21 votos a favor, 07 votos contra e 02 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Membro Márcio Ribeiro após a solicitar para apresentação da sua Declaração de Voto: -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Indica que uma vez que os Pontos Dois e Três da Ordem de Trabalhos, são conexos, do seu ponto de vista pessoal, entende que não faz sentido votar contra este Ponto, não tendo votado contra o anterior; a votar contra, faria mais sentido que fosse no Ponto anterior, tendo em consideração aquilo que tem sido a postura do principal Partido da Bancada em que se integra recentemente. O seu voto de abstenção justifica-se pelo facto de esta ser ainda uma matéria com tratamento incipiente decorrente do facto de a Lei que rege esta matéria ser recente e aguardarão mais desenvolvimentos, remetendo para o que foi dito no Ponto anterior e excesso de cargos de chefia e da má distribuição de pessoal, podem aproveitar esta oportunidade para serem corrigidos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o*



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

exercício económico de 2011”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o presente Orçamento representa uma diminuição de 4,2 milhões de euros relativamente ao Orçamento transacto, sendo um esforço significativo que a Câmara está a fazer para cumprir com as exigências da actual conjuntura económica e financeira internacional e nacional. Não obstante, salienta que este esforço gostavam de o fazer, sobretudo nas despesas correntes e fizeram durante este ano um esforço significativo de diminuição de despesas correntes, na casa dos seiscentos mil euros, que foi “comido” pelas despesas das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, na área do ambiente, da educação e da energia e ainda acrescentaram mais dificuldades relativamente a esta matéria. Acrescenta que o que conseguiram poupar nas despesas correntes foi pouco porque não conseguiram ir mais além; no âmbito destas despesas correntes, há um conjunto de actividades de carácter cultural e de promoção do Concelho que assumiram não realizar no próximo ano, tal como a Revidouro, a Festa do Idoso, Festa da Criança, um conjunto de actividades desportivas culturais, recreativas e de lazer, que na conjuntura actual teriam que ser sacrificadas. Relativamente à Revidouro, esclarece que esta continua nos documentos em análise, porque faz dois anos no próximo mês de Julho, que foi realizada, já pagaram toda a despesa, foi apoiada em 70% pelos Fundos Comunitários e ainda não receberam qualquer quantia desta candidatura, aprovada e executada. Acrescenta que muitas vezes as dificuldades financeiras da Autarquia são decorrentes do atraso na transmissão de verbas que já estão apoiadas, candidatas e de projectos atempadamente apresentados; como têm a certeza que no próximo ano não vai haver apoio a este tipo de candidaturas, a Revidouro está prevista no Plano, para receber o que lhes devem quase há dois anos. Salienta ainda que levaram a Revidouro a um patamar de exigência que ou continuava a ser apoiada por Fundos Comunitários e pelos próprios produtores, tendo condições para continuar a ser realizada nos moldes em que estava, ou para descer abruptamente a qualidade da própria realização deste evento, seria uma má estratégia; esta é também uma forma para dizer a quem se dirigia este evento (produtores, engarrafadores, actividade económica local) que têm que assumir se querem ou não a realização deste evento. Entende que devem inverter a lógica e deixar o Município de ser o realizador, para serem os apoiantes; os



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

executores devem ser, a sociedade civil, a actividade económica local e a Autarquia deve ficar na retaguarda a apoiar essa mesma organização, deixando de ser como até agora, em que assumem tudo, sendo por vezes necessário quase pedir “por favor” para estarem presentes e a situação actual não permite este tipo de estratégia. Salienta ainda no que diz respeito ao Plano de Actividades e Orçamento que, como todos poderão constatar, nos grandes agregados da classificação económica funcional, reservaram para as funções sociais e para as funções económicas o “grosso” do investimento, deixando nas funções gerais e nas outras funções, pouca verba; esta situação está num quadro do próprio relatório, tendo-o feito porque acham que num tempo de crise, têm que dar prioridade às pessoas e aos seus problemas e tudo que são funções essenciais da prestação de serviços da Autarquia tem que estar garantido, assim como a actividade económica porque também consideram que cada vez mais, Portugal e os restantes países europeus vão ter que criar uma espécie de “via verde” para o investimento privado, para o empresário, facilitar a vida ao empresário e à criação de riqueza, e não continuar a sobrecarregar os cofres públicos, os quais não têm capacidade para o fazer e a despesa pública tem que ser claramente diminuída. Não sendo Portugal um país rico, a única hipótese de equilibrar as contas ao nível do país e de cada uma das partes do mesmo, é sobretudo ao nível da diminuição da despesa pública e não ao nível do aumento da receita. Indica que assumem também esta estratégia nacional de diminuição da despesa pública naquilo que é possível diminuir, tal como o investimento no betão, nomeadamente obras de pavimentações, arruamentos, etc, porque muitas vezes é apenas uma questão de estética e de beleza, mas nos tempos actuais, estas questões têm que ficar para trás, dando a Autarquia prioridade às pessoas. Indica ainda que se quiserem analisar o território tanto a nível nacional como a nível concelhio, podem dividi-lo em três grandes áreas: o território, as instituições e as pessoas; numa altura de crise a esmagadora maioria do investimento e das disponibilidades que conseguem libertar, deve ser orientado para as pessoas e seus problemas, como o emprego, a educação, a acção social, a saúde que são a prioridade das prioridades. Acrescenta que isto implica a diminuição clara do investimento da Câmara nos arruamentos e equipamentos colectivos, os 4,2 milhões de euros foram sobretudo retirados às despesas de capital, mas não conseguiram outra receita para resolver os problemas, assumindo que gostariam que esta diminuição incidisse mais nas despesas correntes e



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

como não foi possível, foi feito nas despesas de capital. Informa que destas despesas procuram salvaguardar fundamentalmente os compromissos já assumidos, pagar dívida e obras financiadas por Fundos Comunitários, significando assim, que no próximo ano, só em situações verdadeiramente excepcionais é que irão fazer investimento, só recorrendo a recursos financeiros da Câmara. Esclarece que o investimento no território pode ser proveniente de uma situação de águas e saneamento, proveniente de uma derrocada ou assapada de uma estrada, ou de qualquer situação proveniente de um Inverno rigoroso e que directa ou indirectamente afecte as pessoas e a actividade económica. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos lê: “Verifica-se que o Orçamento para 2011, importa em 23,7 milhões de euros, pretende-se gastar 478% em Despesas Correntes, em que a poupança corrente é de zero euros e os investimentos cifram-se em 12,3 milhões de euros”, sendo este o panorama apresentado através do presente documento. A previsão dos recursos financeiros revela-se de enorme importância dado que a avaliação da receita é factor condicionante à execução das despesas; uma sobreavaliação da receita ocasionará uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de despesas relativamente às quais não disporá de fundos financeiros suficientes; esta é uma regra básica em economia. A prática deste Executivo Camarário é sobreavaliar e este Orçamento não foge a essa regra. Pergunta como é possível estarem a prever realizar 6,7 milhões de euros, cerca de metade dos investimentos que pretendem realizar em venda de bens de investimento desde terrenos por entidades bancárias, residências para empresas e edifícios para bancas e empresas. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara afirmando que “se vendem os anéis” porque não há dinheiro para pagar os compromissos. Este é um Orçamento irrealista, sobreavaliado, não revela poupança corrente e a sua execução vai ficar aquém do previsto, estando convicto que a regra do equilíbrio orçamental que prevê receitas correntes pelo menos iguais às despesas correntes, não será cumprida, levando à violação da Lei das Finanças Locais. Indica que não é nada que surpreenda a Bancada, “graças à ingovernabilidade deste Executivo Camarário”. Refere ainda que a Câmara Municipal está numa gravíssima situação



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

financeira; o excessivo endividamento levou já à penalização de 10% do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), tratando-se de um decréscimo de 1,3 milhões de euros que vão deixar de entrar no Concelho de Alijó, por culpa de uma desastrosa política orçamental ao longo dos últimos anos do poder Socialista na Câmara Municipal de Alijó. Dirige-se aos Srs. Presidentes de Junta, dizendo que “celebrar protocolos dá direito a fotografia” mas para quem não recebeu o que lhe foi prometido para o ano de 2010, como poderão acreditar nos montantes previstos no Orçamento. Indica ainda que realizar investimentos sem dinheiro não é possível, a não ser que enverguem por parcerias público – privadas; a Lei já prevê o pagamento de juros automáticos e os prazos de pagamento da Autarquia são dos piores das trezentas e oito Câmaras Municipais do País, podendo ser confirmado no site Direcção Geral das Autarquias Locais; Saneamento atrás de Saneamento não leva o Concelho a lado nenhum, devendo apenas ser executado o que podem e não endivida mais os munícipes e a Câmara Municipal. Finaliza afirmando que por tudo exposto, a Bancada do PSD irá votar contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício económico de 2011. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Refere que quando tomam medidas ao abrigo da Lei, a Bancada da Oposição vota contra sem objecção aparente, ficaria admirado se no Plano e Orçamento votassem a favor, no entanto expressa que lhe agradava que a dita Bancada tivesse uma atitude proactiva, prestando ajuda e colaboração para “arrepisar” caminho de alguma coisa que está menos bem, pois só não comete erros quem nada faz. Indica que esta Bancada, noutra Concelho, liderado pelo Partido dessa Bancada, em que podem ler “Orçamento aprovado pela primeira vez sem objecção Socialista. No próximo dia 22 a Autarquia vai apresentar para votação em Assembleia Municipal, um Orçamento transparente e rigoroso, para já o documento mereceu a anuência da oposição no Executivo Municipal. Manuel Martins reconheceu a posição construtiva dos Vereadores Socialistas e avançou alguns dos projectos previstos para o próximo ano”. Indica que era isto que a Bancada do PS registaria com agrado, que houvesse também esta postura, porque é nestas alturas de crise profunda, a qual não se verifica apenas no Concelho de Alijó, nem por incompetência do Executivo, logo, todos deviam dar as mãos; a questão do investimento, do Orçamento, já vem de algum tempo a esta parte e não seria nesta altura, que continuando com as mesmas medidas, que resolviam o problema. Refere que a Bancada Socialista está satisfeita pelas



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

medidas que têm sido tomadas e ficava bem à Bancada Opositora, seguir o exemplo do Líder do PSD, quando foi para aprovar o Plano e Orçamento do Estado, que colaborou com o Executivo, no sentido de dar sugestões, de se pôr ao lado do Executivo e não serem mais penalizados com os donos do capital que tanto os tem assombrado. Acrescenta que o próprio Executivo já deu provas que já está nesse caminho, pois foi decidido que deveriam poupar até no papel, porque os documentos recebidos foram para metade, tal como foi decidido, estão impressos em frente e verso, ficando a ganhar a floresta, o ambiente, sendo ainda um ganho económico; acrescenta ainda que quanto mais se esforçarem para resolver este problema, melhores condições terão no futuro e melhores condições terá quem vier governar. Segundo a sua opinião pessoal e também da Bancada Socialista, devem dar as mãos de forma coerente, sem hipocrisia e de forma a que o Concelho de Alijó se desenvolva e possam proporcionar a quem amanhã venha governar, melhores condições para os cidadãos do Concelho. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** O presente Orçamento reduz as despesas de capital em 4,2 milhões de euros e mantém as despesas correntes inalteradas; é um Orçamento irrealista para saírem da crise económica em que o Município de encontra. Os Socialistas dirão que a culpa é da crise financeira internacional, mas a verdade é que a crise interna e local resulta da governação Socialista quer a nível do País, quer ao nível do Concelho de Alijó. Este Orçamento deverá cortar fortemente nas despesas supérfluas, racionalizando os custos administrativos da Câmara, mesmo que para isso seja necessária a redução do número dos Srs. Vereadores a tempo inteiro; o Orçamento deverá dar um sinal claro às populações que, a Câmara irá no próximo ano reduzir as despesas correntes e aumentar as despesas de capital, sendo desta forma a alavanca do crescimento económico do Concelho; os Socialistas descuram o desenvolvimento económico do Concelho, escudando-se na crise financeira internacional para de uma forma demagógica esconder a ruínosa gestão do Executivo da sua inteira responsabilidade. Acrescente que este é um Orçamento do Partido Socialista, é um péssimo Orçamento, sendo o Executivo responsabilizado pela sua execução e responderá politicamente perante os Municípes que o elegeram. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Indica que normalmente os Orçamentos são apresentados como documentos estratégicos que vão servir para desencravar o Concelho, como



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

alavanca de desenvolvimento, etc. Indica ainda que o fundamental é conferir as contas, o resultado, com aquilo que foi previsto e sucessivamente têm visto que o grau de execução dos Orçamentos tem sido baixíssimo a todos os níveis, não valendo a pena tecer grandes considerações sobre um Orçamento que sabem claramente que mais uma vez não vai ser cumprido em grande medida. Acrescenta que normalmente criticam o facto de haver excesso de despesas correntes, concordando com este facto porque há despesas correntes em excesso, mas há também alguns cortes a este nível e lamentavelmente mais uma vez vão por onde não deviam, insistindo que vão ser feitos cortes ao nível da segurança no Concelho, nomeadamente ao nível da iluminação pública, quando existem outros pontos que podiam ser cortados, tal como os cargos de chefias ou o número de Vereadores a tempo inteiro que também podia ser revisto, sem prejuízo da boa gestão dos destinos do Concelho. Este Orçamento consubstancia uma confissão por parte do Executivo de que tem assumido políticas erradas, porque se este ano vai cortar com uma série de coisas, que em anos anteriores assumia como desígnios estratégicos, ninguém percebe o que realmente se passa, tal como a questão da Revidouro, que com este Orçamento assumem que não era verdadeiramente nenhuma feira económica, que pretendia potenciar o Concelho, sendo de facto uma espécie de “feira das vaidades”. Se querem apostar, em tempos de crise, no desenvolvimento do Concelho, nos moldes em que a Revidouro estava feita, acha bem que cortem, no entanto podia haver uma feira com carácter económico, que apostasse na prata da casa, porque fazem normalmente manobras de carácter financeiro, esquecendo de um ponto fundamental para resolver os problemas da crise que é apoiar o tecido económico e o tecido produtivo do Concelho. Refere que 2013 é ano de eleições, coincidindo com a realização da referida feira, aguardando se nessa altura a crise já passou e se haverá ou não Revidouro. Indica que ao nível das despesas de capital, o Sr. Presidente refere que no próximo ano vai ser uma razia absoluta porque diz que quer privilegiar as pessoas e o seu bem-estar; relembra que uma aldeia ter saneamento básico faz parte do conforto para as pessoas, voltando a referir que a aldeia da Rapadoura, ainda não tem saneamento básico, já foi prometido e como há Fundos Comunitários, pergunta se vai ser lançada alguma candidatura, esperando que esta aldeia seja considerada numa futura candidatura. Relativamente aos cortes anunciados, os quais são de grande monta, estranha que já numa altura em que a crise era já conhecida e falada em todo o



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

lado, tivessem sido feitas grandes despesas em coisas que lhe parecem absolutamente desnecessárias, tal como uma Revista que custou cerca de dezoito mil euros, estando já em época de crise e nessa altura havia eleições, não sabendo se haverá alguma relação directa entre os dois factos. Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, este Orçamento é o mais baixo dos últimos anos, tendo já assumido o Sr. Presidente da Câmara, num pondo anterior que provavelmente não irá cumprir o que está orçamentado, o qual já por si é baixíssimo; lembra que numa reunião recente que o Sr. Presidente da Câmara teve com os Srs. Presidentes de Junta, poucas pessoas estariam contentes com este facto, lamentando que na presente Assembleia não façam reflectir esse descontentamento relativamente à votação do documento em análise, a menos que entendam que o que está previsto satisfaça os interesses das Freguesias. A seu ver, as pessoas que estiveram na dita reunião, utilizando o critério de Sr. Primeiro – Ministro, talvez tenha sido este o adoptado para as pessoas mudarem desde essa altura até então. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que quando referiu o Sr. Primeiro – Ministro, que o mundo mudava em quinze dias, fê-lo com enorme alegria, assumindo essa identificação que o Membro Márcio Ribeiro referiu, com o Sr. Primeiro – Ministro, porque acha que fez muito pelo País e particularmente por esta Região, mas não o impede de ter espírito crítico. Esclarece ainda que o Município de Alijó e ele próprio, estão perfeitamente solidários e de acordo com a estratégia que foi adoptada pelo actual Governo de finalmente fazerem os investimentos necessários para esta Região, prometidos por uma série de Governos e nunca cumpridos; há mais de vinte anos que prometiam a A24, tendo sido este Governo que a concretizou, assim como a Auto-estrada Transmontana, o IC5 e o IP2, o IPO para o Hospital Distrital de Vila Real, a modernização da rede escolar desde o pré-escolar ao 1.º, 2.º, 3.º Ciclo e secundário, dando sobretudo ao pré-escolar e ao 1.º ciclo, as mesmas condições de ensino e de qualidade de ensino ao nível dos equipamentos pedagógicos que tinha o 2.º, 3.º ciclo e secundário, tendo-o feito de tal forma que foi reconhecido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), que Portugal teve um salto qualitativo enorme em competências tão básicas quanto o português, a matemática e os



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

conhecimentos científicos; foi este Governo que apostou no projecto estruturante do “Magalhães” o qual é um sucesso em todo o mundo, no que diz respeito à aplicação do conhecimento e do saber às novas tecnologias e a uma indústria produtora de exportação, sendo a exportação importante para o aumento de riqueza do País. Indica que para além dos mencionados, há um conjunto de investimentos de carácter estruturante virados para o interior do País que o Governo fez, com o qual está totalmente solidário; no entanto também será o primeiro a criticá-lo se eventualmente alguma das suas medidas tiver uma repercussão negativa no Concelho, tal como o fez e fará enquanto Presidente de Câmara, e para a globalidade do País, particularmente para o interior e para a Região de Trás os Montes e Alto Douro. Indica que “era o que mais faltava” que a propósito da crise ou a pretexto dela, continuassem a ver os investimentos estruturantes para a Região uma vez mais adiados quando os do Litoral já os têm todos concretizados, mas que o Primeiro – Ministro oriundo deste Concelho teve a coragem de os concretizar. Questiona se algum dos Membros da Assembleia tem alguma dúvida sobre a mudança estrutural e de paradigma social e económico que está a acontecer em todo o mundo, que começou em finais de 2007 e início de 2008, remetendo para um documentário de excelente qualidade da BBC que passou há pouco tempo na TVI que demonstra e desmonta de forma clara quem está na origem da actual crise que todos pagam: a ganância da especulação financeira e da banca a nível internacional, máxima a banca dos Estados Unidos, não sendo por acaso que a reserva federal alemã deixou cair na falência a Lehman Brothers, espécie de D. Branca institucional, a vender coisas e trocar papéis que não tinha, e era nesta simples troca de papéis sobre hipotecas do imobiliário que deu origem a esta crise, porque ao contrário dos bancos portugueses que antes de emprestar dinheiro para que alguém compre casa a trinta ou a quarenta anos fazem uma análise mínima acerca dos rendimentos, nos Estados Unidos não o faziam e emprestavam a torto e a direito independentemente do rendimento das pessoas, convencidos que as pessoas nunca iriam ficar no desemprego, nunca teriam alterações na sua vida e teriam sempre capacidade para cumprir os seus compromissos; a crise não começou com o *suprime*, tudo começou com a falência do crédito imobiliário e quando os cidadãos dos Estados Unidos que caíram no desemprego, não tiveram capacidade para pagar as suas hipotecas, levando o Governo dos Estados Unidos a aplicar a lei do mercado, da oferta e da procura, (Adam Smith) assim como as empresas



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

quando não são capazes de manter a sua sustentabilidade económica, têm que ir à falência, este banco, que era uma autêntica fraude generalizada teve que ir também à falência. Acrescenta que nos Estados Unidos, os responsáveis são culpados e respondem politicamente, perante os tribunais e perante a sua própria fortuna, ganha indevidamente à custa da fraude gigantesca. Frisa que foi esta situação, na América, no coração do capitalismo financeiro especulativo que esteve na origem da crise e não foi o Primeiro – Ministro José Sócrates nem qualquer outro Primeiro – Ministro de outro País. Questiona se será apenas a Câmara Municipal de Alijó a única que está com dificuldades económicas, pois mais de cem Câmaras estão com dificuldades, entre as quais Lisboa, Vila Nova de Gaia, que têm dívidas que ninguém sabe como as vão pagar. Salaria que não obstante a dimensão das dívidas os 308 Municípios do País, são apenas responsáveis por 0,9% do défice; se juntarem as dívidas dos Municípios do País, não chega a 1% da dívida soberana do País. Pergunta se será este 1% que coloca o País nas dificuldades em que está ou são os 99% de empresas públicas, de parcerias público privadas, de institutos mal criados, de Governos Cívicos, de um conjunto de criações que começaram em Governos do PSD, na AD, com o actual candidato a Presidente da República, que começou e enxamear a Administração Pública, desse tipo de institutos, tendo sido continuado por Governos do PS e todos são responsáveis, mas se há Partidos Políticos responsáveis pela questão da dívida pública soberana e da situação a que chegaram, são o PS e o PSD. Indica que aceita aquilo em que falha assim como as críticas justas e construtivas mas não aceita que o responsabilizem sobre questões onde não tem responsabilidade, acrescentando que em momentos difíceis é necessário procurar soluções. Lembra que quando o País aderiu ao euro, à União Económica e Monetária, Portugal assumiu compromissos com a Europa para fazer investimentos com esses Fundos Comunitários, Fundos esses que apanharam vários Quadros Comunitários de Apoio. Assim sendo, pergunta o que queriam que os Executivos Municipais de Alijó fizessem perante o volume nunca visto de investimento comunitário disponibilizado pelos outros países para Portugal superar o atraso infra-estrutural, nas questões da água, do saneamento, dos acessos, das infra-estruturas básicas do saneamento, dos equipamentos colectivos, da educação, da cultura, da segurança social, da saúde; pergunta ainda se queriam que o Concelho de Alijó ficasse atrasado irremediavelmente relativamente aos Municípios que o rodeiam e tivessem antes uma conta



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

bancária como tem o Município de Penedono, único da Região que não tem dívidas, pois não fizeram investimento, não se endividaram mas também não recuperam mais o atraso em que estão, porque agora mesmo que queiram fazer investimento, não há nenhuma entidade bancária que lhes dê o dinheiro nem nenhum Fundo Comunitário. Esclarece ainda que o investimento não foi apenas feito pela Câmara de Alijó, mas por todos aqueles que andaram rápido e aproveitaram as oportunidades que colocaram ao seu dispor para se desenvolverem. Questiona qual dos Membros presentes na Assembleia, conseguia ter casa própria, carro próprio ou outros bens de consumo sem recorrer ao banco, afirmando que o que o Executivo esteve a fazer até agora, foi aproveitar o modelo de desenvolvimento social e económico global e o modelo de desenvolvimento dos Fundos Comunitários que foram dados a Portugal para este ultrapassar o seu atraso endémico em muitas matérias. Acrescenta que se endividaram quando tinham que o fazer e estão a cortar quando têm que cortar e se for possível novamente, o próximo Presidente de Câmara, só será um bom Presidente de Câmara e só ajudará a colocar o Concelho no mapa se perante oportunidades de investimento, se endivide para as concretizar. Acrescenta ainda que os Membros da Assembleia pretendem que diminuam a dívida, no entanto continuam a pedir mais e mais investimento. Refere que todos devem perceber que agora o tempo não é de investimento mas de honrar compromissos já assumidos e pagar o investimento feito, o qual actualmente já não seria possível fazê-lo porque não teriam Fundos. Frisa que muitos Membros da Assembleia afirmaram que o Executivo não fez esforço nenhum na diminuição da despesa corrente, lembrando que acabou de dizer na apresentação do documento que diminuiriam este ano a despesa corrente, em valores que chegam a ultrapassar os seiscentos mil euros mas aquilo que pouparam na despesa corrente foi “comido” pelo aumento da tarifa na área do ambiente, pelo aumento na área dos transportes e pelo aumento na área da energia, nomeadamente na iluminação pública. Questiona qual seria a alternativa que queriam no Orçamento, se queriam que não colocasse a dívida perante as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e EDP, que fossem para tribunal para que eles viessem cobrar coercivamente e com juros a dívida. Vão deixar de realizar a Revidouro, a Festa do Idoso, o Dia Mundial da Criança, um conjunto de eventos de carácter desportivo, cultural e de lazer onde vão poupar, mas essa poupança é “comida” pelos aumentos nas três áreas referidas na



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

apresentação do documento. Indica ainda que o grosso do corte é nas despesas de investimento, honrando as que já estão realizadas e as que são candidaturas a Fundos Comunitários; foi a Bancada da oposição que a nível nacional disse ao Sr. Primeiro – Ministro que “não há dinheiro, não há vícios”, estando a aplicar este princípio também neste Município. Há duas questões que estão a criar dificuldades acrescidas para além do contexto nacional e internacional que é o aumento das tarifas na área do ambiente, da educação e da energia, assim como a aplicação da Lei das Finanças Locais no que diz respeito ao endividamento. Como já referiu anteriormente, a simples alteração da fórmula matemática deu origem a uma diminuição mensal de cinquenta e cinco mil euros. Questiona como poderão continuar a investir sem aumento de receitas e indica que têm uma estratégia que está assumida neste Plano, de aumento de receita e de diminuição de despesa: na receita vão alienar imóveis, pondo-os ao dispor da iniciativa privada para os rentabilizar, vão ser colocados contadores em todos os edifícios do Município, Freguesias, Associações e outras porque estão a dar muito dinheiro a muita gente e eles nem sabem que lho dão, por não ser contado e não ter valor, vão aumentar a fiscalização no que diz respeito à ocupação da via pública assim como aumentar a taxa de Derrama e de IMI, tendo adoptado uma perspectiva gradualista, mas se não resolverem os problemas, estas taxas poderão continuar a ser aumentadas até chegar à taxa máxima. No que diz respeito à despesa, diminuíram o pessoal contratado em mais de meio milhão de euros para o próximo ano, diminuíram o pessoal em regime de tarefa e avença, diminuíram de forma significativa, para menos de metade as horas extraordinárias, diminuíram para menos de metade as ajudas de custo, diminuíram para menos de metade as despesas de formação, diminuíram muito a aquisição de materiais, de acordo com as necessidades e reduzindo os stocks, diminuíram a rubrica dos combustíveis, diminuíram a rubrica de material de escritório, diminuíram os consumos de electricidade quer pública, quer nos edifícios, vão ter uma diminuição significativa nas despesas com as comunicações superior a mais de metade daquilo que gastavam, vão diminuir nas transferências para as Freguesias e Associações cerca de 30%. Refere que foi acusado que mesmo não cumprindo as transferências para as Freguesias no ano transacto, na totalidade, o que era uma previsão, poderá agora também não cumprir, contrariando esta acusação, informa que quando previram as transferências para as Freguesias há um ano, não tinham a referida diminuição, tendo



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

afirmado na reunião que teve com todos os Srs. Presidentes de Junta explicando as dificuldades, pedindo compreensão e solidariedade para fazer este combate, que garantidamente conseguiria pagar seis duodécimos no próximo ano, a menos que aconteça uma catástrofe, porque foi o que conseguiram pagar este ano; lembra ainda que também transmitiu que iria pôr mais um ou dois duodécimos para que as coisas corram bem. O corte feito foi passar dos 12 duodécimos deste ano, que não conseguiram pagar, para o equivalente a 8,4 duodécimos. Assume perante os Srs. Presidentes de Junta que só têm capacidade para pagar 6 duodécimos, tendo uma folga de 2,4 para ver se com este equilíbrio ainda os consegue transferir. Indica que há muitos Municípios que não estão a transferir qualquer quantia, porque não é uma obrigação da Câmara, é uma medida de descentralização política que a Câmara Municipal de Alijó assume e sempre assumiu, mesmo não havendo nada na Lei que os obrigue a fazê-lo. As receitas correntes e de capital das Freguesias vêm do Orçamento Geral do Estado, sendo as transferências, um acto voluntário e de contínua solidariedade para com as Freguesias. Refere que aconteceu no corrente ano com três Freguesias que tinham problemas jurídicos e ultrapassaram os seis duodécimos, tendo recebido a Freguesia de Vilarinho de Cotas, oito duodécimos por causa de um problema jurídico em tribunal, a Freguesia de Vale de Mendiz recebeu também oito duodécimos porque tinha um problema idêntico, o mesmo se passou com a Freguesia de Carlão pelo mesmo motivo e as restantes Freguesias tiveram transferências de seis duodécimos porque não teve capacidade de transferir a mesma quantia, no entanto se tiver essa capacidade no próximo ano, irá fazê-lo. Informa que a mesma situação se verifica com as Associações que também lhe vão pagar em função daquilo que fizerem e vão negociar com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, as Associações de Municípios e todas as entidades com quem tiveram protocolos e dívidas para também reduzirem; se não conseguirem renegociar as dívidas tem que ter expresso o valor global da dívida e o que previsivelmente irão pagar no próximo ano, com o acréscimo de 5%, aumento já determinado, sem serem ouvidos; se o Orçamento não fosse nestes moldes, poderia até ser aprovado em Assembleia Municipal mas chegava ao Tribunal de Contas e teriam problemas. Esclarece que a única actividade de lazer e de convívio que vai ser realizada é uma reunião/convívio dos idosos do Concelho no dia 29 e 30 do corrente mês, que é pago pelo programa PALMUS no âmbito da candidatura intermunicipal entre



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Alijó, Sabrosa e Murça que tem verbas na área social e dentro deste programa organizam o convívio de Natal os idosos em cada um dos referidos Municípios, não acarretando qualquer custo para a Câmara, porque é financiado por Fundos Comunitários. Acrescenta que dentro das medidas de contenção, não vão realizar jantar de Natal nem dos funcionários da Câmara, nem dos Membros da Assembleia, nem da Vereação, pedindo a compreensão para este facto. Relativamente à intervenção do Membro Márcio Ribeiro, no que concerne à Revidouro, classificando-a como uma política errada, não concorda e indica que foi a política certa, no tempo certo porque tinham verbas, tinham fundos comunitários, sendo uma estratégia de promoção da actividade económica do Concelho e pessoalmente é o que lhe custa mais cortar. Indica ainda que os Srs. Vereadores sabem que nas reuniões que tiveram, resistiu até à última, para não acabar com esta actividade, mas fê-lo por dois motivos: porque chegou a hora dos produtores engarrafadores, os que eventualmente criticavam a organização da Revidouro, fazerem a tal feira numa outra mudança de paradigma, porque a Câmara apenas está para ajudar a actividade económica, tendo-o feito durante muito tempo. Frisa que conseguiram colocar esta feira num patamar tal em termos de qualidade, de parcerias, sendo considerada unanimemente a melhor feira da Região no género e não pretendem descer esta qualidade. Frisa a aposta na mudança de paradigma porque que se amanhã uma Associação Industrial e Comercial de Alijó ou outra qualquer formação da sociedade civil quiser realizar a Revidouro com qualidade e pedirem apoio à Câmara e tentem candidatar a Fundos Comunitários, concorda, mas se quiserem que seja realizada uma Revidouro apenas com os recursos próprios da Câmara, não mais realizarão Revidouro nos moldes em que estava. Foca ainda a questão da redução do número dos Srs. Vereadores e dos Chefes de Divisão, lembra que já disse a propósito da estrutura orgânica que estão a elaborar esta análise e que não quis fazer uma alteração precipitada sem uma base de estudo e sem uma relação do custo/benefício dessas mudanças. Assume perante os Srs. Vereadores e os Membros da Assembleia Municipal, que neste momento têm já uma redução porque a Sra. Vereadora está a trabalhar para a Câmara gratuitamente, porque a alteração à Lei das reformas, faz com que a Sra. Vereadora Dra. Eduarda Sampaio, no próximo ano tenha que optar, ou recebe a reforma, ou recebe o ordenado por parte da Autarquia. Mesmo que assim não fosse, tendo-se apresentado com esta equipa e assumido compromissos pessoais e políticos com os mesmos para



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

todo o mandato, agora não iria retirar qualquer um deles da equipa. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** A sua intervenção centra-se numa solução para a Região do Douro onde 60% da economia regional passa pela agricultura e as pessoas não têm dinheiro, logo não há investimentos, sendo a razão deste motivo a desvalorização dos seus produtos, na agricultura e não no comércio porque não desceram os preços. As pessoas não são unidas e o poder de capital brinca com os residentes neste sector. Pergunta porque não criam uma bolsa de valores para que antes das vindimas possam valorizar os produtos, o que só pode ser realizado através das associações existentes, que têm que fomentar a união, porque havendo mais dinheiro, há mais investimento, mais postos de trabalho, mais realizações de capital para os Concelhos. -----

-----**MEMBRO TELMO PINTO:** No que concerne ao Orçamento em discussão começa por falar no seu caso pessoal, que tem a ver com a questão da crise e de pagamento de dívida assim como as dificuldades de todos tanto no Concelho de Alijó, como a nível nacional e internacional. Indica que colocou uma questão a si próprio, perguntando o que poderia fazer para contribuir para que todos possam sair desta situação, tendo feito um auto exame, considerando que tudo aquilo que foi feito para hoje estarem na presente situação, não está de forma alguma arrependido de o ter feito; assumiu os seus compromissos como Autarca, assim como cidadão, tendo vontade e determinação para os resolver. A seu ver todos deveriam repensar, reflectir, no entanto é mais fácil “atirar com pedras ao telhado do vizinho”, nomeadamente quem se encontra na oposição, que no caso de Alijó, é o PSD e porventura noutros Concelhos estará o PS e outras forças políticas. Acrescenta que é mais fácil dizer que deviam cortar no investimento, deviam também cortar no Orçamento da Despesa Corrente. Indica que têm que ser criativos, assumir as responsabilidades para que no futuro as coisas possam estar muito melhores do que no presente momento. A Bancada do PS e o Executivo, após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, é notória a vontade e a determinação, assim como a responsabilidade de ultrapassar este problema. É necessária a colaboração de todos, a oposição toma as suas posições, contudo refere que acha que também passa um pouco por estes a ajuda porque tal como já foi dito, a crise não é de hoje nem do Partido A ou B,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

a crise é antes de todos, de quem governou e de quem governa, porque se estão a governar é porque alguém votou para isso. Indica que devem assumir responsabilidades e olhar o futuro com esperança, numa perspectiva de que no próximo ano, na votação deste Ponto da Ordem de Trabalhos, apareça não um Orçamento com corte, mas a repor o que agora está a ser cortado. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Inicia a sua intervenção afirmando que o Sr. Presidente não respondeu às suas questões, tendo ficado com a impressão que “a campanha para as legislativas já começou, havendo uma incursão pelas próprias Presidenciais, no entanto, a seu ver os Portugueses e os Transmontanos, em particular, irão brevemente julgar a política do Governo. Lembra que o Sr. Presidente da Câmara disse que se houver medidas deste Governo com repercussão negativa ao nível do Concelho, “cá estará para tomar posição” e neste sentido dá o exemplo da questão da saúde, encerramento do SAP e redução dos horários do próprio Centro de Saúde. Indica que gostava que o Sr. Presidente não justificasse o falhanço desta governação concelhia, com os problemas nacionais e até mundiais porque o Sr. Presidente, ainda é Presidente da Câmara Municipal de Alijó e neste momento devem tratar dos problemas domésticos. Lembra ainda que foi referido pelo Sr. Presidente o número de Câmaras em situação de debilidade, mas o que se constata permanentemente é que Alijó está sempre do lado errado, fazendo parte da lista do clube restrito dos seis piores pagadores a nível nacional. Relativamente à questão dos Vereadores, esclarece que foi apenas uma sugestão uma vez que o Sr. Presidente lança o repto não se limitarem à crítica de opiniões mas de apresentar propostas concretas; ninguém quer que o Sr. Presidente “os lance borda fora” pois foram eleitos legitimamente, exercem de forma democrática o Mandato para o qual foram eleitos e o que se trata é do estatuto jurídico e do estatuto remuneratório, sobretudo tendo em atenção o grande número de chefias ao nível da Câmara; havendo tantas chefias, os Vereadores a tempo inteiro, parece-lhe que não haverá tanta razão de ser, indicando que de um lado, ou do outro poderia haver acertos, deixando assim a sua proposta. Quanto à questão da solidariedade, frisa que este é um tempo de crise e devem ser solidários, lembrando a reunião que o Sr. Presidente da Câmara teve com os Srs. Presidente de Junta onde apresentou uma proposta para o ano de 2011, se fosse o caso, as Juntas de Freguesia, incluindo a que preside, prescindissem de qualquer transferência por parte da Câmara, não constituindo qualquer problema; as Juntas de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Freguesia não morreriam e algum dinheiro haviam de poupar aos cofres da Câmara, no entanto o que não pode acontecer, é sistematicamente a Câmara desresponsabilizar-se em termos de protocolo, atribuindo as competências às Juntas de Freguesia e depois não lhes dá o dinheiro suficiente, tendo posteriormente os Srs. Presidentes de Junta de assumir a responsabilidade por coisas que não fizeram e para as quais assumiram um compromisso, quando não lhes é dado o dinheiro. Indica que se o Sr. Presidente não quiser descentralizar as competências, não haverá qualquer problema que fiquem na Câmara, desde que esta as faça, acrescentando que para si, enquanto Presidente de Junta seria mais fácil, porque teria menos trabalho e os problemas da Freguesia resolvidos. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, sobre política nacional e política internacional “quase pediria à TVI ou à BBC para fazer um documentário em Alijó”. Indica que há coisas que o surpreendem na Assembleia Municipal, sobretudo quando são discussões sobre Orçamento, porque parece que o PS não está no poder há dezasseis anos nesta Câmara Municipal e que não tem responsabilidade absolutamente nenhuma. Lembra que o Sr. Presidente da Câmara referiu que “a fórmula matemática foi alterada a meio de tudo isto”, tornando-se engraçado porque a fórmula matemática para Alijó é ser penalizada e na questão dos endividamentos, é sempre dos Concelhos penalizados e as outras Autarquias, com a mesma dimensão de Alijó, a fórmula não é a mesma; acrescenta que a gestão dos outros é má, a gestão de Alijó é boa, podendo assim concluir que a dita fórmula foi feita de propósito para o Concelho de Alijó e para Concelhos como este. Informa que no Distrito de Vila Real, as únicas duas Câmaras afectadas foi a de Alijó e a de Murça e o Concelho de Alijó está a ser penalizado por uma má gestão nos últimos anos, na Câmara Municipal de Alijó. Refere ainda a abordagem feita aos colegas do Partido Socialista de Vila Real, deixando a impressão que os Membros do PS da Assembleia de Vila Real são responsáveis e os do PSD de Alijó são irresponsáveis, acrescentando ainda que a Câmara Municipal de Vila Real não está incluída nas que foram penalizadas pelo Ministério das Finanças, relativamente ao seu endividamento. Indica ainda que o porta-voz da Bancada do PS transmitiu que está satisfeito com as medidas tomadas pelo Executivo, não sendo de esperar outra atitude porque por parte da Bancada do Partido que suporta o Partido que está na



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

Câmara Municipal, porque foram eleitos para defender possivelmente o Executivo Camarário, tal como os Membros do PSD foram eleitos para defender aquilo que tinham proposto. O documento em discussão, é o documento mais importante que existe numa Câmara Municipal, na parte da gestão; se hoje fossem poder na Câmara Municipal, os Membros do PSD estariam a votar contra, tal como já o fizeram no passado e irá acontecer no futuro, quando outra força partidária tomar conta do poder na Câmara Municipal. Acrescenta que poderiam ter apresentado propostas no entanto, em seu nome e nome da Bancada informa que ninguém lhes solicitou qualquer opinião de alterações ao Orçamento da Câmara Municipal, sendo esta uma diferença entre o que se passa nesta Câmara e o com o Orçamento Geral do Estado, em que o PSD a nível nacional e o seu líder nacional, com o Sr. Primeiro – Ministro, houve alterações porque o PS e o Governo cederam nessa matéria. Expressa que é tempo de “quanto melhor, melhor” e foca questão do papel da banca no âmbito da actual crise, a qual considera de total responsabilidade por tudo ao ter dado mais dinheiro do que aquele que muitas vezes as pessoas pretendiam. Finaliza dizendo que o Executivo Camarário, nos últimos anos tem dado sempre um “passo maior que a perna”.

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** A seu ver a Assembleia começou a trabalhar muito as intenções, cada um diz aquilo que entende e tem que o assumir, pois os Membros do PS também assumem, no entanto acrescenta que jogam muito com o pensamento dos outros, pois foi afirmado que era menos sério, o Sr. Presidente ter apresentado só oito duodécimos pois neste ano eram doze e não os conseguiu pagar. Indica que este é um facto mas ressalta desta questão, que houve racionalidade, ponderação e tendo chegado à conclusão que não poderiam dar doze duodécimos, apenas dão oito, o que considera correcto. Quanto ao facto de cumprir ou não, afirma que tem a certeza que se o Executivo puder, irá cumprir. Lembra ainda que também foi afirmado pela Bancada da Oposição, as “políticas erradas”, perguntando assim se investir na educação, na energia, no social, no ambiente, é uma política errada. Frisa que este é um Orçamento Socialista, do qual os Socialistas muito se orgulham porque vai mais de encontro às pessoas e não tanto ao encontro do betão e das obras megalómanas que tão criticadas foram no passado. Frisa ainda que sabem tomar decisões em tempos difíceis, como também sabem gerir em tempo de abundância e não é de bom-tom, em tempo de crise, assim como em circunstância alguma, abandonar as pessoas



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57
[Handwritten signature]

quando elas mais precisam e por essa razão afirmou que a política estava certa e não estão errados pelos argumentos acabados de apresentar. Refere que também ouviu comentar relativamente aos “Srs. Presidentes de Junta da outra Bancada mudaram de opinião rapidamente”, afirmando que mudam quando acham necessário mudar e os Presidente de Junta têm a responsabilidade e a noção de que não podem apoiar e exigir que querem obra, porque não havendo dinheiro para a obra, não se faz. Acrescenta que não podia de forma alguma deixar de passar em claro a referência aos Srs. Presidentes de Junta porque “dá ideia que andam ao sabor do vento” ou comandados por alguém; são políticos, são responsáveis e têm um crédito, com responsabilidade, com coerência, com justiça e com disposição para ajudar as pessoas que acreditaram neles. A política Socialista esteve e está certa porque se quando havia dinheiro, acesso ao crédito e podiam fazer obra, não as fizessem, o dinheiro era igualmente gasto e hoje estariam sem dinheiro e sem obra, a qual está por todo o Concelho e muito orgulha o PS; são gente de trabalho, que assumem as responsabilidades e que se sabem situar no tempo, ou seja, quando há possibilidade de fazer obra, é feita para ajudar a desenvolver o Concelho, quando não é possível e não há dinheiro para o fazer, são responsáveis, assumem a responsabilidade e quando é necessário, também mudam de opinião, logo que tal mudança vá de encontro às necessidades do desenvolvimento do Concelho e das suas pessoas. Finaliza afirmando que estão juntos nos tempos bons e também nos tempos difíceis, para assim desenravar o Concelho e ajudarem as pessoas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Frisa que o presente Orçamento é o mais baixo da Câmara Municipal, desde 2005; em dois anos passaram de um Orçamento de trinta e um milhões de euros, para vinte e três milhões de euros, perguntando se isto não é reduzir, se não é fazer um esforço de contenção ou se não é fazer um esforço de equilíbrio orçamental. No que diz respeito aos exemplos proferidos para especificar e não ficar só pela política geral, de situações em que contrariou o Governo do PS, frisa uma situação na área da educação, quando não assinaram o protocolo que lhes propuseram para receber os funcionários das escolas, o pessoal não docente, por acharem que o dito protocolo não era benéfico nem para a Câmara, nem para as escolas; dá um exemplo na área da



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

saúde, aquando da redução de horários, aprovaram por unanimidade em Reunião de Câmara uma Moção a repudiar essa atitude, a qual foi enviada para a ARS Norte e a vão levar até às últimas consequências. Lembra que da primeira vez que quiseram reduzir o referido horário, estava em Lisboa, foi ter com o Sr. Secretário de Estado e apresentou argumentos que fez com que por escrito, eles recuassem relativamente a essa matéria. Lembra ainda que fizeram um esforço significativo na área da saúde, em retirar desculpas para fecharem as extensões, comprando um pavilhão climatizado para Sanfins do Douro, tendo já o plano para as obras a efectuar em Vilar de Maçada no lar para ter condições do acto médico, etc., no entanto vê uma enorme vontade de transformar a Câmara no bode expiatório de tudo, mas vão continuar a defender esta postura, de não deixarem que os transformem em bode expiatório daquilo em que não têm responsabilidade. Afirmo que enquanto estiverem na Câmara, vão sempre adoptar uma atitude construtiva, como já tiveram ao nível das taxas da água, com a Vereação do PSD no Executivo Camarário, assim como tiveram relativamente a outras matérias; há pouco tempo foi apresentada pela Bancada da Oposição uma Moção e a Bancada do PS humildemente apresentou outra e fizeram a fusão das mesmas e foi aprovada por unanimidade uma Moção das duas Bancadas, em defesa dos interesses do Concelho; só quem nunca foi Autarca ou nunca passou por esta experiência é que não sabe quão necessária é a solidariedade entre os Autarcas, independentemente dos Partidos. A Câmara de Alijó, desde o 25 de Abril é vista perante todas as outras como uma daquelas que melhor aproveitou os Fundos Comunitários, quer quando estava o PSD, quer o PS e não foi a penas a Câmara de Alijó que a propósito da alteração matemática, teve o limite de endividamento ultrapassado, tendo sido também Murça, Mesão Frio, Mondim, Ribeira de Pena, entre outras desta Região. Acrescenta que ultrapassaram o dito endividamento porque foram eficientes e capazes, candidatando-se a Fundos Comunitários, assim como aproveitaram projectos que outros abandonaram. Pergunta à Bancada do PSD, se estivessem no poder, qual das obras não fariam, se não fariam as Piscinas Municipais, o Teatro Auditório Municipal, os centros de dia, lares e apoio domiciliário que fizeram em todo o Concelho, não faziam as estruturas básicas de água e saneamento, não batalhavam para que tivessem a variante, não faziam a habitação social; Esclarece que, a dívida que têm aos bancos tem a ver com estas matérias e com estas candidaturas que tiveram que ser feitas em seu tempo, tendo todos que



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

colaborar para que possam pagar e honrar os compromissos já assumidos. Dirige-se ao Membro Márcio, dizendo que ouviu com atenção a sugestão feita por este relativamente às transferências zero para as Juntas de Freguesia, assim como ouviu na outra reunião, mas não a aplicou porque a opinião deste, não é a opinião dos restantes Presidentes de Junta e porque acredita na descentralização de competências e enquanto for possível transferir, mesmo que sejam apenas dois ou três duodécimos, irá cumprir com este princípio. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** colocou a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico de 2011"*, tendo sido aprovado por maioria com 25 votos a favor e 09 votos contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"*. Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Faz referência ao Ponto em discussão alertando para o facto de ter sido submetido a votação em Reunião de Câmara, quando apenas refere "apreciação". Relativamente ao relatório de Saneamento Financeiro, indica que o Plano de Saneamento Financeiro tem um horizonte mais ou menos longo onde se prevêem os recursos e os dispêndios tendentes a equilibrar as finanças Municipais; quando pedem para apreciar um Plano, tentam aproximar a sua execução temporal à data da sua apreciação e estarem a discutir um Plano cuja execução se reporta a Maio, é o mesmo que pensarem em estimativas muito pouco razoáveis. Indica que estão já no mês de Dezembro, perguntando se não seria mais conveniente apresentar realizações a Setembro ou Outubro. Indica ainda que do que pode observar no presente relatório apresentado, a realização do Plano de Saneamento está muito aquém do desejado, solicitando que observem a dívida a fornecedores, a previsão do PSF (Plano Saneamento Financeiro) para 2010 é de cerca de duzentos e trinta e cinco mil euros realizado em Maio de 2010 é de cerca de dois milhões e oitocentos mil euros, havendo um desvio de 92%; na rubrica de "outras dívidas" o previsto pelo PSF é de zero, o realizado em Maio é de cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil euros; os "activos previstos" em PSF é de quarenta milhões, quatrocentos e noventa mil euros e os realizados



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

em Maio é de cerca de quarenta e três milhões e quinhentos mil euros, havendo um desvio de 8%; os “passivos previstos” em PSF é cerca de vinte e seis milhões e quatrocentos mil euros e os realizados em Maio é de trinta e três milhões e duzentos mil, registando um desvio de 26%. Indica que no “passivo” parece não haver controlo, sendo aqui que dão conta da intenção de “vender os anéis”; venda de bens de investimento conforme proposta do Orçamento de 6,7 milhões de euros, redução necessária no passivo para cumprir o Plano de Saneamento Financeiro de 6,8 milhões de euros. Salienta que a situação é alarmante, urgem medidas para contrariar esta situação pois este não é o rumo para o Concelho, caminhando para um abismo de difícil saída. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Na conclusão do relatório verifica que existe uma tendência desfavorável para o cumprimento dos objectivos do Plano em causa. Relativamente ao aumento do “passivo de curto prazo”, o qual está justificado no esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara, com um desvio de 45% na obtenção das verbas dos Fundos Comunitários, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se sabe quantificar este valor de modo a que estejam aptos para fazer a comparação e verificar se o desvio provém daqui ou não ou se há outras diferenças para poderem votar em consonância. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que este Ponto é uma apreciação, no entanto de acordo com a Lei, é necessário ser submetido a votação. O Plano de Saneamento Financeiro, tal como é dito no próprio documento, é uma análise que se reporta ao primeiro semestre do corrente ano e não podem comparar uma parte do ano, com o ano na totalidade, muito menos comparar uma parte do ano, com anos anteriores. Os desvios que os Membros da Assembleia referiram, têm a sua principal origem em dois factos: primeiro, em processos de negociação de dívida que ainda estão a decorrer com os fornecedores da Câmara; segundo, também num aspecto fundamental já referido, tratando-se do facto de no primeiro semestre do ano, não terem recebido um único pagamento das participações de Fundos Comunitários. O próprio documento expressa que só no final do ano poderão ter uma análise mais correcta do mesmo. Esclarece que não negam as dificuldades, que as assumem e por isso fizeram o corte brutal de trinta e um milhões de euros para vinte e três milhões



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

de euros. Frisa que estão com dificuldades e por isso estão a reduzir o investimento, mas o presente relatório, não é um retrato fiel, porque não contempla estas duas variáveis, ou seja, recebimentos que entretanto já entraram na Câmara, provenientes dos Fundos Comunitários, bem como os processos que ainda estão em negociação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"*, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 09 votos contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de Autorização para inscrição da Câmara Municipal de Alijó – Entidade Gestora da Zona de Caça Municipal, como Associada à Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética."*. Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Inicia a sua intervenção dando os parabéns ao Sr. Vice-Presidente na qualidade de responsável pela Zona de Caça do Concelho de Alijó porque a Associação já vai ser aliada à Federação de Caçadores, esperando que venha a ter frutos positivos para os agricultores os quais são constantemente invadidos pelos caçadores insurrectos. Solicita ao Sr. Vice-Presidente que tenha um pouco de atenção à quantidade de cartuchos despejada nas explorações. Acrescenta que é empresário agrícola e na sua exploração existe uma passagem de tordos, e é impossível trabalhar às quintas-feiras, dia de caça aos tordos, porque os trabalhadores correm riscos. A Câmara, neste caso concreto, a Associação devia debruçar-se sobre esta questão e até com a ajuda da Venatória elucidar os caçadores a recolher os cartuchos porque os agricultores são penalizados pelo Ministério da Agricultura pela quantidade de cartuchos no chão. Acrescenta que na sua exploração, se trata de sacos de 50kg de cartuchos e tem caixotes do lixo para os caçadores colocarem os ditos cartuchos, no entanto até os roubam, deixando os cartuchos no chão. Indica que vai votar favoravelmente este Ponto da Ordem de Trabalhos, acreditando ainda que o Sr. Vice – Presidente vá “educar” alguns caçadores. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Afirma que é sempre enriquecedor porque é mais uma Associação para o Concelho e sendo tão importante para os agricultores, mais justifica o voto por unanimidade. Finaliza lembrando que esta é a última reunião da Assembleia Municipal de 2010



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

e deseja ao Executivo da Câmara, á Mesa da Assembleia, ao seu colega e adversário de Bancada, a toda a Assembleia, um Santo Natal e um bom ano para todos; que o próximo ano traga mais concordância, mais força e objectividade nos interesses do Concelho. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Em seu nome pessoal e em nome da Bancada do PSD deseja um Santo e Feliz Natal a todos os presentes, desde o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores, aos Srs. Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, assim como para os funcionários da Câmara. Deseja ainda um ano de 2011 sobretudo com muita saúde e com tudo de bom para todos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, após a ter solicitado: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Renova votos de um Santo Natal e próspero 2011 e dá a palavra ao Sr. Vice – Presidente a fim de esclarecer o Membro Miguel Cartageno: -----

-----**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** a Zona de Caça Municipal de Alijó, há já dois ou três anos mandou fazer, para entregar gratuitamente, uns sacos, que entregou a cada caçador, para apanharem os cartuchos e posteriormente despejar num caixote do lixo qualquer. Informa que cada caçador está sujeito a uma multa de 500€ ao ser apanhado a deixar os cartuchos espalhados. Indica que se tivesse capacidade para os educar a apanhar os cartuchos, também o faria para não apanharem couves, azeitona, etc., no entanto só fazem o que é possível. Deseja um Santo Natal a todos e muitas felicidades a todos os presentes. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de Autorização para inscrição da Câmara Municipal de Alijó – Entidade Gestora da Zona de Caça Municipal, como Associada à Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética"*, sendo aprovado por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Em seu nome pessoal e em nome da Mesa, deseja a todos os Membros da Assembleia Municipal, aos Srs. Vereadores, ao Sr. Presidente da Câmara e aos funcionários que apoiam a Assembleia Municipal, assim como a todos os seus familiares, um Santo Natal e um Ano de 2011 que traga tudo o que mais querem. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A Mesa:

João Manuel Soares de Costa
Filomena P. Santa-Negreiros
Elias Martins E.